



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

29ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2024

“PL 20/2024 – INSTALAÇÃO DE CÂMERAS NOS UNIFORMES DA GUARDA MUNICIPAL”

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SÔNIA MEIRE – PSOL

SECRETÁRIO DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SARGENTO BYRON – MDB

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SÔNIA MEIRE – PSOL

Bom dia a todos. Sob a proteção de Deus e de todas as religiões, em nome do povo aracajuano, declaro aberta esta Audiência Pública sobre o PL 20/2024, Instalação de Câmeras nos Uniformes da Guarda Municipal. Quero convidar o Vereador Byron para assumir a 1ª Secretaria dessa audiência pública. Obrigada, vereador, por estar aqui acompanhando, ele que é da área, da categoria também. Quero começar a convidar também as pessoas que irão compor esta Mesa nesta manhã. Quero iniciar chamando a Deputada Estadual, Linda Brasil, do PSOL, nossa companheira de lutas. Quero convidar também o promotor de Justiça da 3ª Promotoria de Controle Externo da Atividade Policial de Aracaju, doutor Rogério Ferreira da Silva. Muito obrigada por estar nessa manhã conosco, doutor Rogério. Também para compor a Mesa, a professora doutora do Departamento de Direito da Universidade Federal de Sergipe, jurista, professora Andréa De Piere. Obrigada, Andréa. Quero convidar o presidente do Sindicato da Guarda Municipal, o senhor Eder Rodrigues, representando o conjunto da Guarda. Muito obrigada, Eder. Nós ainda teremos a presença, estamos aguardando, representando os

movimentos sociais, Iza Negratcha, ela ainda não chegou, deve estar com alguma questão de saúde na família, algo que a gente não tem ainda conhecimento, vamos aguardar. No momento que ela chegar, nós também a chamaremos. Como também teremos um momento aqui pelo *YouTube* com a participação direta, *online*, daqui a pouco eu anuncio. Quero convidar todas, todos e “todes” em posição de respeito para ouvir o Hino Nacional. (*Execução do Hino Nacional*). Antes de iniciar, falando do objetivo da audiência, eu quero fazer minha autodeclaração, identificação, para as pessoas cegas e de baixa visão. Sou uma mulher de estatura média, 1,63m, cor de pele branca, tenho cabelos tingidos de roxo, uso óculos vermelhos, estou hoje com um brinco com detalhes vermelho e preto, um blazer vinho e um vestido feito por mulheres daqui, das comunidades de terreiro, mulheres que têm trabalhado muito com o empoderamento de outras mulheres negras, um vestido branco com cores preta, amarela e vermelha. E quero agradecer a todas as pessoas que estão acompanhando essa audiência de hoje, nesse momento. O objetivo dessa audiência, por que a realizamos? Primeiro, porque, desde que o PSOL assumiu a Câmara, primeiro com a Vereadora Linda Brasil, depois, conosco, em 2023, nós tínhamos já feito vários debates pelo nosso partido, tanto com profissionais da Segurança Pública quanto com a população. Então, não é um debate novo para nós, não é uma questão recente, como eu penso que não é para nenhum dos senhores que atuam, inclusive, no âmbito da Segurança Pública também e dos movimentos organizados. Movimento Negro. Nós fizemos várias conversas para elaborar esse projeto de lei e buscamos um diálogo com várias, não só com o Sindicato, mas também com movimentos, com bases do Sindicato, com pessoas que são da área, que atuam na categoria, como também com outros agentes, pesquisas com universidade, por isso que nessa Mesa também tem a presença da universidade, como também buscamos na própria promotoria, no MP, e acompanhamos esse debate nacionalmente também. Então, nós protocolamos o projeto a partir de várias iniciativas que chegaram até nós, com o objetivo, uma compreensão que nós temos, que vai ser apresentada aqui, de garantir a segurança dos direitos. E a segurança dos direitos se dá tanto no âmbito dos agentes, das agentes de segurança quanto da população. Temos uma visão muito crítica da Segurança Pública no nosso país. Temos uma compreensão que o modelo de segurança precisa ser mudado, precisa ser transformado, precisa ser melhorado, aperfeiçoado. Temos a consciência do adoecimento dos agentes de

segurança e das agentes. Inclusive, aprovamos um projeto de lei aqui sobre a Síndrome de Burnout e trouxemos como uma referência importante de ser atendida agente de segurança. A pressão que se vive é tamanha no dia a dia. Tenho familiares que também atuam como agentes de segurança em outros estados. Eu sei, nós sabemos, nós vivemos isso no dia a dia. Temos consciência dos limites hoje de trabalho, do assédio que existe dentro das próprias corporações, digamos assim, de mulheres, de homens. Temos consciência das dificuldades do exercício profissional, das condições de trabalho, inclusive fizemos emendas aqui para colocar no plano, na Lei Orçamentária, no Plano Anual, na LDO, na Lei de Diretriz Orçamentária. Agora, teremos a LOA que será aprovada até dezembro. Temos feito um debate sempre muito franco com as questões salariais, defendendo a pauta a partir da demanda dos sindicatos. Penso que, ao colocar o projeto, a gente trouxe tudo isso como preocupação. Todas as relações, tanto da população, que tem nos demandado, quanto dos agentes de segurança. Ao vir, depois de meses, esse projeto não foi analisado e votado. Ele foi analisado, foi dado parecer favorável na Comissão de Redação e Justiça, mas ele não veio para o Plenário para debate. Como nós já estamos chegando ao fim do ano e as pressões têm sido muito grandes para debatermos os temas que interessam à sociedade e também interessam a todos e todas que estão aqui como agentes de segurança, desde já eu quero agradecer a presença que é muito importante, nós não fazemos nada sem debate público e sem escuta; vereadores tiveram dúvidas sobre algumas questões, porque eles não participaram de outros momentos nos quais a gente fez o debate público. Então, foi sugerido pelo Vereador Elber que nós fizéssemos essa audiência pública para continuar fazendo o debate, e aquilo que for apresentado, que tiver como apresentar, inclusive, para aperfeiçoamento, para garantir de fato os direitos, que desse tempo hábil para isso. Nós acatamos de imediato e organizamos essa audiência, porque, como não tinham mais vagas para os próximos dias, eu acho que vocês sabem que fica muito apertada, ainda mais depois de um período eleitoral. No período eleitoral, a gente também não podia fazer esse debate diretamente. Também acompanhamos o processo e o que é que está escrito nos programas de governo, estava no programa de governo de quem vai assumir a partir de 1º de janeiro, qual o seu compromisso com a Segurança Pública. Então, nós também estamos atentos a tudo isso. Por isso, nós organizamos essa audiência para hoje, para que a gente pudesse avançar no nosso debate e ter algo que, de fato, atenda às

diferentes necessidades de quem faz a segurança e de quem precisa de segurança, que paga seus impostos, de quem também está em uma situação hoje, principalmente, a população pobre, negra, na periferia, que tem sofrido as maiores consequências da falta de política pública como um todo. Não é uma questão só da segurança, é da moradia, da alimentação, da segurança alimentar, da saúde pública, da educação pública, e nós temos acompanhado tudo isso. Então, o objetivo da audiência, hoje, é discutir esse PL e escutar as diferentes representações que estão aqui, os sindicatos, as pessoas que foram convidadas para compor a Mesa, para que nós possamos não só discutir, mas também trazer elementos para esse projeto. Aqui está uma iniciativa, como nós fomos reeleitas, o Vereador Byron também foi reeleito, para que nós possamos prosseguir esse debate no avanço de um modelo de segurança, inclusive para o próximo PPA, da próxima legislatura que nós vamos, aqui, acompanhar, avaliar, debater e que essa garantia de direitos esteja presente no próximo Plano Plurianual da gestão que vai assumir em 2025. Então, é muito importante tudo que venha a ser colocado aqui para que a gente possa sair daqui não só discutindo o PL, mas também avançar em um debate cada vez mais público, com participação popular e dos profissionais, para que a gente possa ter intervenções estratégicas para melhorar a nossa condição de vida, que passa pela condição de trabalho e passa pela garantia dos direitos de toda a população. Certo? Então, esse é o objetivo. Nós estamos aqui para estabelecer consensos, para mediar com aquilo que é possível ser mediado, a partir dos interesses da sociedade como um todo e dos agentes que também fazem parte dessa sociedade, que também sofrem as consequências de uma sociedade desigual, diretamente sobre sua carga de trabalho e sobre a sua vida. Afinal de contas, todos nós vivemos nessa cidade, dependemos dos mesmos direitos que todo o restante da população, todos os outros e outras. Então, é isso, espero ter ficado bem explícito nosso objetivo, nós não estamos em uma quebra de braço, nós estamos em uma dinâmica de diálogo de trabalhadora, que está em um lugar agora não sindicalista, mas como vereadora, o diálogo tem de estar sempre aberto, e que também está do lado dos movimentos sociais, da população negra, que também tem sofrido muitas consequências das desigualdades, que não é responsabilidade única da segurança, mas, quando a desigualdade é muito forte, o Estado brasileiro acaba colocando, pendendo mais para a força que para a garantia dos direitos. A gente sabe disso e vocês têm consciência disso. Então, muito obrigada. E, agora, eu vou passar para

o Vereador Byron, para que ele possa fazer a leitura do requerimento dessa audiência pública e de qualquer outro aviso que tenha. Obrigada, vereador.

SARGENTO BYRON – MDB – SECRETÁRIO DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Bom dia, Professora Sonia Meire, Deputada Linda Brasil, promotor Rogério presidente da Guarda. Bom dia a todos e a todas que se encontram aqui. Como sempre, em respeito às pessoas cegas e com baixa visão, farei a minha audiodescrição: sou uma pessoa preta, usando um terno azul-marinho, uma gravata também azul, camisa interna branca. Tenho 46 anos, cabelo preto, baixo, já grisalho. Ao fundo da minha imagem, tem um painel ripado e as bandeiras do Brasil, de Sergipe. “Estado de Sergipe, Câmara Municipal de Aracaju, Requerimento n.º 387/2024, autoria da Vereadora Professora Sônia Meire. (Leu).” Lido o requerimento, senhora presidenta.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SÔNIA MEIRE – PSOL

Obrigada, vereador. Eu quero, antes de dar prosseguimento, chamar a nossa articuladora do Coletivo Saudade e da Frente Estadual pelo Desencarceramento, Iza Jakeline Barros, para fazer parte da Mesa. Obrigada, Iza. Antes de passar a palavra para a Mesa, eu já quero fazer menção às pessoas presentes neste Plenário. Estamos com o subinspetor da Guarda Municipal de Aracaju, Fábio Salviano, coordenador de formação e aperfeiçoamento da Guarda, com o senhor Lúcio Flávio, vereador eleito, com guardas municipais presentes, supervisor Edvaldo, subinspetor Pereira, supervisor Aquino, supervisor Carlos André, supervisor Tenório, supervisora Raquel, subinspetor Ricardo, subinspetor Tavares, guarda municipal Fábio Antônio, guarda Moisés Bispo, guarda Robson Bispo, guarda André Luiz, guarda Nairton Melo. Guarda Vanisson? Vanisson, é assim que se pronuncia? Lima. Guarda Azevedo. O Excelentíssimo senhor Vereador Breno Garibalde. Obrigada. Membros da ocupação do Centro Administrativo que estão na luta por moradia. Milene Santos, Vanessa Magalhães, Valéria Conceição, Letícia Santos, Lucineide dos Santos e Maria Alcilene. Estamos também com o assessor parlamentar, professor Leonardo Lisboa, aqui, presente. A senhora Josy Adhuma, vice-presidente do Conselho Municipal de Política de Promoção da Igualdade Racial, COMPPIR/Sergipe. A senhora Lilian Pereira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na área socioeducativa de Sergipe. Obrigada, Lilian. Nosso advogado e assessor parlamentar, doutor Adão Alencar. A senhora Najó Glória,

coordenadora do Instituto Braços, demais autoridades, assessoria, guardas municipais, aqui, presentes. Estamos também com a presença da mãe do jovem Ítalo, nesse momento, também no Plenário. Muito obrigada. E, durante a nossa fala, se for possível, por conta da rede de internet, nós teremos também, de forma online, a participação do senhor Márcio Júlio da Silva Matos, coordenador-geral de Governança e Gestão do Sistema Único de Segurança Pública, e, se conseguir entrar, será feita on-line a participação dele. Então, agora, eu quero começar o nosso debate e vou passar a palavra, seguir aqui... Quero começar pelo nosso promotor de Justiça da 3ª Promotoria de Controle Externo, doutor Rogério, por gentileza, se o senhor quiser fazer uso daqui ou de lá, fique à vontade, pode ir para lá também. 10 minutos para cada palestrante. 10 a 15, no máximo.

ROGÉRIO FERREIRA DA SILVA – PROMOTOR DE JUSTIÇA DA 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE ARACAJU

Já adianto para a senhora que, provavelmente, serei pouco obediente ao tempo da senhora, mas, quando a senhora achar que eu devo parar, aí eu vou realmente parar. Inicialmente, gostaria de agradecer a Vereadora Sonia Meire pelo convite formulado e espero que esta Casa e o Ministério Público possam firmar uma parceria, no sentido de trabalhar melhores políticas de Segurança Pública, procurando, no primeiro momento, garantir a ausência de violação dos direitos humanos, que é o que nos interessa, mas, por outro lado, também nós temos de entender que a sociedade tem direito à segurança. Então, nós precisamos equilibrar sobre dois pilares: direitos humanos e direito à Segurança Pública. Essa é a nossa grande dificuldade de gestão junto à Promotoria de Justiça responsável pelo controle externo da atividade policial no âmbito da cidade de Aracaju. Meus cordiais cumprimentos a todos os integrantes da Mesa, secretário, Vereador Byron, Deputada Linda Brasil, que sempre é uma parceira das causas do Ministério Público, professora Andréa De Piere, ainda não é, mas vai se tornar também uma grande parceira do Ministério Público, representando a Universidade Federal de Sergipe. O presidente do Sindicato dos Guardas Municipais, senhor Eder Rodrigues, a senhora Iza Jakeline, ativista social, meus cordiais cumprimentos a todos. Falar sobre Segurança Pública é um ponto extremamente palpitante e de muita responsabilidade. O que nós percebemos hoje é que a sociedade brasileira, e não só a sociedade brasileira,

mas também a sociedade, especialmente, de Aracaju e de Sergipe, é uma sociedade tomada pela insegurança, uma sociedade tomada pelo medo, especialmente pelos avanços da criminalidade. O crime cresceu em quantidade, número, mas também cresceu em complexidade. Os crimes que tínhamos há 20 anos não são os crimes que temos hoje. A rede criminosa de 20 anos atrás não é a rede criminosa de agora. E nós temos as forças de segurança que são rigorosamente cobradas a produzirem resultados para satisfazer os interesses da sociedade e dos governantes, claro, é legítimo, mas temos uma força de segurança que, numericamente, é muito inferior ao que tínhamos há 20 anos. Só para exemplificar, a Polícia Militar, há 25 anos, tínhamos um efetivo de quase 7 mil homens. Hoje, temos 5.212 mil homens na Corporação Militar. Fora isso, temos uma Corporação Militar muito doente e nós precisamos ter um cuidado especial, porque não é possível que homens e mulheres doentes possam sair à rua e tomar decisões em fração de segundos para garantir a lei e a ordem e restabelecer a segurança. Isso pode gerar consequências desastrosas, irremediáveis, tanto para o agente de segurança quanto para a sociedade. Então, é um grande desafio falar sobre Segurança Pública. A proposta desta Casa Parlamentar diz respeito à utilização de uma tecnologia no sentido de garantir melhores relações entre o Estado, força de segurança e a sociedade, dando garantias ao policial e garantindo os direitos da sociedade. E para os fiscais, para os agentes do estado, dando melhores condições de avaliar as condutas quando elas acontecem. Confesso que, diante da exiguidade do tempo, não nos foi permitido fazer uma digressão mais técnica sobre o projeto de lei, mas, de antemão, eu penso que gostaria de oferecer a senhora algumas sugestões. Fiz algumas observações aqui e não são poucas, no seguinte sentido, nós precisamos refletir que, primeiro, existe uma conversa que parece uma conversa verdadeira e ela não é, de que a inserção de equipamentos de vigilância e de segurança, por meio da *body scan*, é prejudicial aos policiais. Isso não é uma verdade absoluta. Como tudo na nossa vida, como todo processo de tomada de decisão, existem vantagens e desvantagens. Nós precisamos colocar em uma balança e avaliar o que é que deve preponderar. A priori, chama a atenção de que os agentes de Segurança Pública prestam um serviço público. Se o serviço é público, ele é de interesse da sociedade. Essa é a primeira visão que temos de ter. Nós prestamos um serviço público e, no serviço público, devem prevalecer alguns critérios, alguns valores que avançam para além dos meus interesses pessoais.

Principalmente, transparência. E nós precisamos de transparência em algumas ações da Segurança Pública. Eu gostaria de chamar a atenção de que falar que as câmeras corporais violam a privacidade do policial, principalmente quando estão em ação, em público, é uma falácia. Quem é que tem controle sobre os celulares que estão na mão dos particulares quando os policiais estão em ação? É muito mais confortável e confiável ter um acesso a uma imagem que vai ser, inclusive, objeto de fiscalização do que ver vinculada uma imagem por parte de um particular que pode ser editada, pode ser cortada, pode ser fracionada. Nós, da Segurança Pública, não temos controle sobre aquilo que as pessoas podem fazer quando estamos em atividade. Nós temos de ter cuidado apenas, Vereadora Sônia Meire, com alguns aspectos... Alguns aspectos como técnicos. Eu, talvez, em uma leitura, confesso, não muito aprofundada, senti falta no projeto. Cuidado com o sistema de armazenamento. Isso é muito importante. Não basta apenas estabelecer o uso de câmeras corporais, é preciso ter um cuidado. Quando falamos em áreas privadas, as câmeras não devem estar ligadas em áreas privadas, nós devemos entender áreas privadas que resguardem o agente de segurança e áreas privadas que resguardam o cidadão. O projeto não fala se as câmeras podem ser usadas dentro das residências. Isso é um problema. A casa é asilo inviolável do indivíduo. E eu penso que as câmeras não podem fazer registros dentro das residências, salvo se houver autorização do proprietário. Nós vamos ter inúmeras ocorrências envolvendo, principalmente, violência doméstica e violações aos direitos de crianças e adolescentes e aos idosos. Então, esse é um ponto técnico que precisa ficar muito bem esclarecido no projeto. Outro aspecto importante que eu penso que precisa ser aprofundado é o acesso dos particulares a essas gravações. Quem pode ter acesso às gravações? Em que condições os policiais podem ter acesso às gravações? E em que condições os particulares podem ter acesso a essas gravações? Que particulares? Parece-me que o projeto não especifica que particulares podem ter acesso a essas gravações. Um aspecto muito importante é que as gravações vão servir de fonte de consulta, de estudo, para a preparação de novos policiais. Os erros cometidos naquela ação não podem mais ser repetidos, precisam virar casos de estudo para que a força se aperfeiçoe. Então, o uso apoia o treinamento dos policiais. Diria que, em alguns aspectos técnicos, não vamos avançar, de GPS vinculado às câmeras, a questão de que as câmeras poderiam alertar quando policiais estivessem deitados para além de 30 ou 40 segundos, o que poderia

significar o abatimento do policial, e isso poderia, a câmera poderia ser ajustada a isso; os prazos de armazenamento, veja, eu penso que os prazos foram estabelecidos de forma ordinária em seis meses e, excepcionalmente, no projeto, com um ano. Nós precisamos saber, Sonia Meire, se, tecnicamente, os nossos sistemas operacionais suportam gravar horas, horas, horas, milhares de horas por um ano. É uma questão de ordem técnica-operacional. Não adianta estar no projeto de lei e a gente não conseguir, na prática, operacionalizar essa gravação. Outro aspecto extremamente importante, vereadora, e este sim, parece-me que o projeto não toca. Uma coisa relevantíssima, cadeia de custódia. A cadeia de custódia desse elemento de prova é importantíssima. Eu preciso, como operador do Direito, ter a certeza e a convicção de que essa prova, no dizer daquele antigo ministro do Trabalho, Rogério Magri, foi imexível. Eu preciso garantir a ausência de manipulação na prova, eu preciso garantir a cadeia de custódia, quem teve acesso à prova, é importantíssimo saber quem teve acesso à prova enquanto a prova está custodiada pelo órgão de segurança. E o que fora feito com a prova. Então, isso precisa ter o mapeamento da prova, todo mundo que teve acesso. Porque, imagine, se a prova está guardada, ou em uma nuvem, ou mediante outro sistema, alguém teve acesso a essa prova e pode ter remetido a prova para outro lugar, manipulado a prova. Então, é importantíssimo ter essa cadeia de custódia. Isso significa que o tempo acabou, vereadora? Tudo bem. Impacto na privacidade dos policiais, eu vou acelerar para terminar em mais dois minutos, eu prometo. Primeiro, quanto à interferência na privacidade dos policiais, a justificativa para afastar essa interferência seria a proteção ao cidadão, que é prioritário, e o controle do uso da força, o uso das forças de segurança. E, quanto à interferência à privacidade do cidadão, que poderia afastar o uso das câmeras corporais, nós podemos justificar por meio da necessidade social de garantir a responsabilização adequada e correta do agente de segurança que agir de maneira inadequada e o afastamento de uma responsabilização do agente de segurança que agiu de maneira correta. Caminhando para o desfecho, nós poderíamos argumentar como vantagem do uso das câmeras corporais a captura de evidências concretas para a ação, o fortalecimento da responsabilidade policial, o aumento da transparência, a inibição de comportamentos violentos, por parte de integrantes da força de segurança, e, como já dito, a garantia de matéria para fonte de estudo e aperfeiçoamento da atividade policial. E, como desvantagem, que nós precisamos refletir sobre esses pontos, penso

que o projeto de lei poderia avançar em alguns aspectos, eram eventuais violações de privacidade, dando limites para a utilização das câmeras corporais, seja o acionamento por parte do policial, seja onde as câmeras podem ser utilizadas, até onde ela pode ingressar, a manipulação das evidências na ação de ligar e desligar as câmeras, isso precisa ficar claro. Durante uma ação, em que momento o policial pode desligar ou que não pode desligar as câmeras de vigilância, a cadeia de custódia, como já dito. Vítimas em vulnerabilidade também precisam ser pensadas no projeto. Crianças e adolescentes como vítimas, mulheres como vítimas, porque nós poderemos estar atendendo a ocorrências de crimes de natureza sexual e nós temos uma limitação para o uso das câmeras corporais. Grau de liberdade para acionamento; deve estar claramente definido quando e como o policial deve acionar suas câmeras de vigilância. E o momento da interrupção para as câmeras de vigilância. Talvez, em um olhar um tanto quanto superficial ou não aprofundado, essas eram as considerações que gostaria de fazer e peço desculpas por ter avançado no tempo. Muito obrigado.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SONIA MEIRE – PSOL

Nós que agradecemos, doutor Rogério, pela sua objetividade, inclusive nos pontos que foram possíveis de serem analisados e, com certeza, nós vamos continuar o debate, porque o nosso objetivo, eu acho que é o mesmo. Quero aqui, antes de passar a palavra para quem está na Mesa, porque têm outras pessoas na Mesa, por exemplo, o nosso assessor, Adão, ele vem acompanhando esse processo, queria passar a palavra para ele, para em 10 minutos ele também se colocar. Pode vir aqui, Adão, se você quiser. Sim, melhor, porque todo mundo o vê de frente, para que você possa trazer algumas leituras e a gente vai seguindo assim, ouvindo todo mundo.

ADÃO ALENCAR – ADVOGADO E ASSESSOR PARLAMENTAR

Bom dia a todos, todas e “todes”. Quero cumprimentar a Mesa em nome da Professora Sonia Meire. Eu vou ser rápido, pois, em 10 minutos, não dá para falar muita coisa. O tema é de extrema relevância para a gente. Estou aqui falando como assessor da Professora Sonia Meire. A gente entende... Muita coisa que eu vou falar, inclusive, o promotor que foi meu professor, Rogério, que tocou muito bem. Mas a gente entende esse momento, esse tema, tanto de garantia de direito de população, junto aos agentes de segurança, no caso, a Guarda Municipal, quanto de garantir os direitos dos próprios

agentes. Eu queria trazer algumas reflexões para a gente fazer esse debate, vai ser muito rápido, vou tentar acelerar aqui, acho que 10 minutos não dão, mas queria trazer algumas reflexões. Quais medidas a gente pode tomar para garantir direitos da população junto aos agentes de Segurança Pública? Dentro do cenário do extermínio da população negra, quais medidas a gente pode fazer agora para que esses direitos sejam garantidos? Além disso, quais medidas a gente pode tomar para garantir a transparência da população sobre os dados de gestão de Segurança Pública? A gente tem tido certa dificuldade de ter esses dados. Eu acho que esses dados são importantes não só para a população, mas também para os próprios agentes da Segurança Pública. Além disso, quais medidas a gente pode tomar para reduzir o número de casos de violência policial? A gente sabe que tem a polícia que mais mata e a polícia que mais morre. Quais medidas a gente pode tomar também para garantir a diminuição de mortes dos agentes de Segurança Pública? Com esses temas também refleti sobre mais um tema aqui, pensando com vocês. Quais medidas a gente pode levar hoje para a população periférica quando a gente trata de Segurança Pública? Muitas vezes o nosso discurso é muito abrangente, é uma coisa para o futuro, mas a gente sabe que a população periférica, a classe trabalhadora hoje sofre com a violência. De um lado, às vezes, do crime organizado e, no meio, com a violência policial, do outro lado. Então, quais medidas, hoje, a gente pode levar para esse pessoal? Que, às vezes, é seduzido por um discurso muito falacioso de que aumentar a pena do crime vai reduzir a criminalidade. E a gente tem visto, ao longo dos anos, que não é bem assim. Esse tema das câmeras corpóreas, das câmeras corporais, não é novidade nenhuma. Ele vem sendo implementado, desde 2005, na Inglaterra e os Estados Unidos também têm implementado essa política. Eu posso citar aqui como exemplo aquele caso do George Floyd, que foi sufocado pelos policiais e só se elucidou melhor aquela situação porque os policiais estavam com câmeras, não sei se vocês lembram. No Brasil, esse é um debate recente, a gente tem um dado, do ano passado, que talvez esteja até defasado, de que em outubro do ano passado, em 2023, 30 mil câmeras corpóreas estavam sendo implementadas no Brasil. Tanto em estados quanto em municípios. Em São Paulo, esse debate começou a ser implementado a partir de uma tese de doutorado de um tenente-coronel da Reserva. Foi a partir de um agente de Segurança Pública que esse debate passou a ser tomado em 2020. E, no Rio de Janeiro, foi a partir de uma decisão do STF. De lá para cá, a gente

tem visto também um desmonte dessa política. Então, não adianta a gente aprovar um projeto de lei aqui se o Executivo também não encampar essa luta. A gente tem tido avanço em alguns números, que eu vou passar para vocês aqui, mas, ao mesmo tempo, a gente tem informe de que essa política, por conta de falta de iniciativa mesmo do Executivo, tanto de São Paulo quanto do Rio de Janeiro, tem certa dificuldade de ser implementada na prática. Além disso, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, em janeiro deste ano, aprovou uma recomendação para que estados e municípios implementassem as câmeras corpóreas e, em maio deste ano, além da recomendação, implementou uma portaria, inclusive destinando recursos do Fundo Nacional Penitenciário e do Fundo Nacional de Segurança Pública. Então, a gente sabe que tem um debate na Guarda Municipal de Aracaju, que tem uma estrutura defasada, de muitos equipamentos, da polícia, enfim, a gente tem uma série de reclamações dos agentes de Segurança Pública, mas a implementação das câmeras corpóreas pode vir desse recurso do Fundo Nacional. Portanto, não implicaria em nada no orçamento do município, certo? Agora, para isso, a gente precisa aprovar uma lei aqui, em primeiro momento, para a gente captar esse recurso com o Executivo e tal, mas a gente precisa ter a lei aqui. Então, não necessariamente esse recurso vai passar, vai prejudicar os guardas municipais, não vai desviar o recurso de outros equipamentos para esse equipamento. Tem o recurso próprio para vir do Fundo Nacional para cá. Queria apresentar para vocês, tenho uns 5 minutos ainda, alguns pontos benéficos da câmera de segurança, das câmeras corpóreas. O primeiro é a proteção da população, um dos principais objetivos é reduzir os casos de violência policial. A gente tem um dado de que reduziram em 61%, em Santa Catarina, os crimes em decorrência de violência policial com a aplicação das câmeras corpóreas. Segundo, é a proteção dos agentes de Segurança Pública, como muito bem falou aqui o Dr. Rogério. A gente, muitas vezes, em alguns casos, isso para o processo penal, o doutor foi meu professor de processo penal, em alguns casos, por exemplo, de violência policial, de abuso, quando o agente de Segurança Pública é acusado injustamente, inclusive a gente vai poder ter uma prova ali, que muitas vezes fica a palavra de um contra a palavra de outro. A gente vai poder qualificar essa prova, ter uma prova qualificada com vídeo ali, então, só consigo ver benefícios nisso, tanto para a população quanto para a gente. E o terceiro ponto é a melhoria na gestão de Segurança Pública, ou seja, melhoria nos dados. A gente tem um

dados melhores sobre o que acontece na abordagem da Guarda Municipal aqui e, inclusive, queria também ver essa política implementada, em nível estadual, para a gente ter uma qualificação melhor dos dados da Polícia Militar de Sergipe. Logo, acho que isso é um benefício. Um dado da Fundação Getúlio Vargas e da USP conseguiu apontar que nas unidades policiais militares de São Paulo, onde as câmeras foram implementadas, houve uma redução de 57% nas mortes decorrentes da intervenção policial. Um dado mais recente, agora, da Defensoria Pública disse que, no ano de 2022, 39% reduziu esse número. Em 2 anos, 61%. E, além desse número, eu tenho um número interessante. A redução de mortes do agente de Segurança Pública caiu para 71%. Então, 71%. Esse é um projeto que não é só importante para a população como para o agente de Segurança Pública. Meu tempo está acabando ali, vou acelerar um pouquinho aqui. Eu queria trazer alguns dados de excessos. No ano passado, uma matéria da “Mangue Jornalismo” apontou alguns agentes da Guarda Municipal e foi um dos principais motivos da proposição dessa lei. A gente teve o caso de um companheiro nosso, que é o companheiro Soma, que foi agredido, ele vive da arte dele, ele apresenta *rap* nos ônibus. Ele foi agredido por agentes de Segurança Pública da Guarda Municipal. Em maio do ano passado, um homem foi agredido também em uma abordagem no Mercado Central. A matéria também aponta que em março houve a situação do agente da Guarda Municipal que se envolveu em uma briga de trânsito e só foi possível elucidar melhor esses casos, gente, porque alguém filmou. Alguém teve a iniciativa de filmar. Se talvez não tivesse ninguém filmando, ficava a palavra de um contra a palavra do outro. Em 2018, também teve um militante que foi vitimado por agente da Guarda Municipal. Em maio de 2018, Nataneli, que estava grávida, foi baleada na ocupação Marielle e Anderson. Então, tem uma série de relatos aqui sobre alguns abusos. A gente sabe que não são todos da Guarda que cometem isso. Mas a gente tem casos e como é que a gente vai fazer para diminuir esses casos de violência policial? Acredito que essa medida que a gente está discutindo hoje é algo para agora, para hoje. Tanto para os agentes quanto para população. E, claro, a gente precisa saber como é que vai lidar com a privacidade nesses casos. Claro, a gente precisa discutir quando é que vai ser acionada a câmera. Acho que a gente precisa discutir também acompanhamento psicológico para esses agentes da Guarda. Uma série de medidas que o Executivo pode implementar melhor, mas a gente precisa dar o primeiro passo, que é a aprovação desse projeto. Por isso, a

gente conta aqui com o Vereador Byron, Breno Garibalde está aqui também. Esse processo vai passar por um segundo momento que é para discutir o mérito, inclusive essa audiência é importantíssima para a gente avançar nesse debate. Eu queria finalizar com um trecho de uma letra, de um grupo chamado Facção Central que diz: “... A cruz da Klan tá queimando na sua frente / a SS agora veste o cinza da PM.../ O sistema te quer no viaduto, com água na boca / Com a garrafa cortada na mão, esperando a Kombi trazer a sopa / Ou no chiqueiro do navio negreiro com seta na porta / Morto pelo senhor de engenho com farda e pistola / Que só em cabeça de pobre descarrega sua munição / Discurso ou revólver, tá na hora da revolução”. Muito obrigado.

PRESIDENTE SONIA MEIRE – PSOL

Obrigada, Adão. Nós queremos comunicar que o senhor Márcio Júlio já está aqui no ar, que é o coordenador-geral de Governança e Gestão do Sistema Único de Segurança Pública. Nós queríamos abrir o sistema para que ele pudesse falar dentro desse tempo de 10 minutos. Se eu não me engano, ele está em traslado, em viagem, por isso, ele precisa entrar agora, porque, depois, não vai conseguir entrar. Então, queria convidar o senhor Márcio Júlio para fazer uma fala para nós. Seja bem-vindo. Muito obrigada. Bom dia, o senhor nos escuta? Antes de o senhor Márcio falar, temos de ver se ele está nos escutando, pois nós estamos escutando o que ele fala. Talvez seja o caso de abrir para ele falar, depois, a gente... Isso, pronto. Eu queria, antes de passar a palavra agora para o senhor Márcio, mais uma vez, registrar a presença da mãe de Ítalo Nascimento. Porque a mãe de Ítalo vai precisar sair daqui a pouco. Ítalo Nascimento, de 25 anos, pai, trabalhador de um restaurante próximo à Câmara, teve sua vida interrompida no bairro Coroa do Meio, por uma ação policial da Getam. Nós queremos agradecer a presença, deixar nosso apoio mais uma vez e dizer que também estamos aqui por Ítalo e por tantas vidas que foram interrompidas em situação de conflito. As câmeras que nós estamos reivindicando é exatamente para ampliar essa forma de participação. Como ela vai ter de, daqui a pouco, dar um depoimento na DHPP, ela vai precisar se ausentar com o nosso assessor. Estamos juntos aqui, estamos discutindo exatamente isso. Obrigada. O nome da mãe de Ítalo é Verônica. Pode falar, senhor Márcio.

MÁRCIO JÚLIO – COORDENADOR GERAL DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Bom dia a todos, bom dia a todas. Eu consigo vê-los, eu quero apenas confirmar se vocês me ouvem. Ótimo. Bom, eu queria iniciar agradecendo ao convite da Vereadora Sonia Meire, cumprimentar todos os demais da Mesa, dizer que é uma satisfação poder falar nessa audiência pública, sob o ponto de vista do Ministério da Justiça, que é o local onde eu me encontro, contribuir com a tomada de decisão, com a elaboração legislativa nos diferentes níveis, a respeito de um tema tão caro para a Segurança Pública, é uma oportunidade única, não tem tema que nos mobilize, na Coordenação-Geral de Governança e Gestão do Sistema Único de Segurança Pública, tanto quanto o Projeto Nacional de Câmaras Corporais. Então, quando a gente recebe a notícia a respeito da proposição legislativa que se faz em âmbito local, em Aracaju, a gente fica especialmente grato por poder contribuir com isso. Bom, tendo feito esses comentários, esses cumprimentos iniciais, e toda a satisfação que é participar. Sob o ponto de vista do Ministério da Justiça, o Projeto Nacional de Câmaras Corporais é um projeto que situa o debate de câmaras corporais de uma maneira um pouco diferente daqueles que me antecederam, o Projeto Nacional de Câmaras Corporais é um projeto que olha para a Segurança Pública a partir da perspectiva informada em dados, informada em evidências, porém, mais do que isso, preocupada em oferecer serviços de qualidade para a população, de uma maneira geral. E as câmaras corporais, o que as evidências, em nível mundial, demonstram para todos nós é que as câmaras corporais são um instrumento de trabalho. Em última medida, elas não vão fazer o trabalho por si só, elas contribuem para a prestação do serviço. Em quaisquer que sejam as instituições, dentro ou fora do país, elas são instrumentos de trabalho. Então, a etapa da elaboração legislativa é uma etapa extremamente importante, porque confere os contornos a partir dos quais as câmaras corporais, os instrumentos vão ser utilizados. Mas gerar expectativas em torno das câmaras corporais como se, a partir da utilização, os resultados pretendidos serão alcançados, não é o que as evidências têm nos demonstrado. Ontem, em nível nacional, a gente teve um bom exemplo disso. Eu acho que o caso que foi relatado em um jornal de grande repercussão ontem, à noite, indica precisamente esse ponto que estou destacando. Não é porque as câmaras corporais estão

sendo utilizadas pelos policiais que casos de desvios de conduta vão deixar de acontecer. Pelo contrário, os processos, o que as evidências e os estudos científicos indicam é que os processos de trabalho vão sendo modificados a partir da utilização de câmeras corporais. De que eu estou falando? Os processos de supervisão, os processos de treinamento, os processos de controle, de qualificação das evidências vão sendo trabalhados a partir de um instrumento que de fato é muito poderoso. Desde o início do ano passado, quando a gente começou a planejar o Projeto Nacional de Câmeras Corporais, eu me torno cada vez mais convencido de que as câmeras corporais e essa revolução tecnológica que elas ensejam, com tudo de inteligência artificial que pode ser agregado à funcionalidade, a gente está em uma fronteira disruptiva na área de Segurança Pública, que pode ser comparada, no passado, de maneira histórica, quando a Segurança Pública migrou do policiamento a pé, para o policiamento de carro... de rádios para comunicação. Parece-me que a gente está diante de um instrumento extremamente poderoso. No entanto, dizer que a câmera vai gerar a expectativa de que a câmera por si só vai, por exemplo, contribuir para a redução de reclamações de conduta ou para reclamações relacionadas ao uso da força, não é o que as evidências estão demonstrando. Isso depende efetivamente da definição de protocolos que sejam bem construídos e de condições de supervisão para fazer com que esses protocolos sejam utilizados. Do ponto de vista do Ministério da Justiça, as câmeras corporais são equipamentos de proteção individual, a gente situa as câmeras corporais enquanto instrumento básico de trabalho dos policiais. Isso está claramente evidenciado, Professora Sonia, na Portaria n.º 648, que foi publicada pelo Ministério da Justiça e, talvez, seja a principal contribuição nesta audiência pública que eu venho trazer, para o aperfeiçoamento do projeto de lei, que foi fruto de um trabalho de mais de 15 meses de diálogo com diferentes interlocutores em nível municipal, em nível estadual e em nível federal. Essa portaria emitida, assinada pelo Ministro Lewandowski, a Portaria n.º 648, de 4 de agosto de 2024, estabelece as diretrizes nacionais de uso de câmeras corporais. Elas são referências baseadas na evidência, baseadas nas possibilidades de composição com os diferentes atores de Segurança Pública e que estabelecem parâmetros muito objetivos de utilização de câmeras corporais. A gente, por exemplo, em torno da integridade das evidências coletadas, e aí eu estou falando especificamente da cadeia de custódia, fazendo coro a um colega do Ministério Público que me antecedeu, as câmeras

corporais são poderosíssimos instrumentos de qualificação na instrução processual, mas isso só acaba sendo alcançado a partir do momento em que a gente consegue garantir a integridade dessas evidências e a cadeia de custódia, por si só, para além das evidências digitais, das evidências que, por exemplo, as câmeras corporais captam, a cadeia de custódia é um problema no processo criminal nacional, no processo criminal brasileiro. As câmeras corporais, parece-me que elas ensejam, por meio de sistemas específicos, um conjunto de práticas que podem qualificar a cadência de custódia de outros processos e na Portaria n.º 648, por exemplo, a gente estabelece como prazo mínimo, vereadora, para a custódia das imagens, um prazo de 90 dias. É um pouco diferente do que está proposto no projeto de lei. Há casos em que esse armazenamento mínimo é de um ano, mas sempre mediante decisão judicial ou da autoridade competente, em caso de processos administrativos, esse prazo pode ser prorrogado. A gente sabe que isso varia ao longo do tempo. As soluções tecnológicas, de câmeras corporais, hoje oferecem condições bastante robustas de custódia dessas evidências. A verdade é que o custeio desses equipamentos é um custeio ainda elevado, ele é bastante inferior àquele custeio dos projetos iniciais de câmeras corporais de 2017, de 2018. Hoje a gente tem uma fração daquele custo, mas é um custo elevado, comparativamente com outras soluções de Segurança Pública, é um custo que deve ser considerado, justamente por isso o Ministério da Justiça tem incentivado a utilização de câmeras corporais por meio da utilização de recursos próprios, do próprio Fundo Nacional de Segurança Pública. Isso tem sido feito, inicialmente, com os governos estaduais, ou seja, dirigido para as polícias estaduais, mas não me parece bem a ser diferente para âmbito municipal, mas dizer que o custo por si só é o único fator a ser levado em consideração, isso de fato não é. Muitos dos exemplos que a gente tem na literatura internacional dão conta de que, a partir do momento em que as câmeras corporais se inserem em um projeto de gestão da mudança, de qualificação da interação da polícia com a sociedade, a gente percebe que as câmaras corporais passam a ser um instrumento básico de trabalho. Muitos são os relatos de sindicatos fora do país que orientam os seus profissionais a não saírem para as suas atividades rotineiras se os equipamentos não estiverem funcionando, inclusive, as câmeras corporais; dada a relevância desse instrumento para a própria atividade profissional, mas, de novo, situar as câmaras corporais como mais um instrumento, isso é dizer, de instrumento de trabalho, isso quer dizer que as câmeras corporais devem

fazer parte de um projeto mais amplo, de um projeto amplo que insira a tecnologia no processo de qualificação profissional, no processo correccional, no processo de treinamento e seleção básico, porque são novos instrumentos que condicionam a atuação dos profissionais, mais do que isso, não é? As câmeras corporais são instrumentos que fortalecem o processo de justiça de uma maneira geral. E o que as evidências indicam? As evidências internacionais indicam, nesse sentido, eu não vou me alongar em torno das evidências, porque a gente acabou de lançar uma publicação. Depois da publicação da Portaria n.º 648, a gente publicou um diagnóstico internacional bastante amplo sobre quais são as evidências a respeito do uso das câmeras corporais. Está disponível para *download* no site do Ministério da Justiça, eu vou disponibilizar o *link* para a assessoria da senhora providenciar para os presentes, que demonstra que as evidências são inequívocas, mesmo os custos, que talvez seja o argumento com o qual nós temos de lidar mais frequentemente, quando dialogamos sobre as câmeras corporais, o experimento feito em uma polícia da região sul dos Estados Unidos demonstra que os custos de utilização de câmeras corporais se pagam ao longo do tempo, tendo em vista a redução de processos de trabalho interno, processos correccionais, processos de respostas de demandas da comunidade, ou até a redução da duração do processo criminal, dada a relevância das evidências que são coletadas pelas câmeras corporais, que fazem com que uma série de etapas do processo de justiça acabem sendo desnecessárias, tendo em vista a relevância dessas evidências. Então, parece-me que situar o projeto de câmeras corporais em torno de um projeto mais amplo, de qualificação da prestação dos serviços, e que, necessariamente, deve envolver a participação de outros órgãos, o Ministério Público tem sido um parceiro importante do governo federal na discussão do projeto de câmeras corporais, inclusive participou ativamente da formulação da Portaria n.º 648, essa que eu mencionei no início e que foi publicada há pouco, mas não apenas o Ministério Público, órgãos e entidades da sociedade civil, os próprios sindicatos, as próprias representações das associações dos profissionais de Segurança Pública já participaram, mas, na construção, em nível local, que é aquilo que a portaria do governo federal estabelece como sendo o próximo passo, é que as instituições em nível local regulem. E a regulação de como as câmeras serão utilizadas, quais as circunstâncias das gravações, quais são os modos de gravações, quais são os prazos mínimos e máximos de armazenamento, para quem as imagens vão

ser disponibilizadas e segundo quais protocolos, tudo isso deve ser regulado pelas instituições em nível local. Acho que por isso a relevância de uma discussão ser publicamente engendrada, como se faz hoje, em Aracaju, mas com participação social, para qualificar esse projeto de mudança em nível local. Isso para dizer que as câmeras corporais não são um ponto de partida, tampouco são um ponto de chegada. Elas fazem parte de um projeto que tem etapas anteriores e que tem passos posteriores que, em conjunto, sob o ponto de vista do governo federal, têm um objetivo maior, que é conferir melhores condições de trabalho para os profissionais de Segurança Pública, impactando a legitimidade e a confiança que essas instituições têm no contexto social. Esses documentos que eu começo a mencionar, vou disponibilizar para a assessoria da senhora, enfim, é de acesso público, e eu fico à disposição para o restante do debate, até o limite do tempo que eu tenho disponível. Agradeço, mais uma vez, o convite para participar. Sinto-me muito honrado de tê-lo feito.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SONIA MEIRE – PSOL

Muito obrigada, senhor Márcio. Não sei se ele está escutando agora. Acho que não. Mas nós vamos prosseguir. Depois, se ele tiver a oportunidade, inclusive, de se apresentar, porque ele se colocou como membro de uma coordenação, gostaria de saber qual é a atuação dele também. Acho que isso é importante. Se ele puder se apresentar, em relação ao exercício profissional dele, será importante. Vamos então dar prosseguimento para que a gente possa... Escutou? Agora? Acho que não. Está ouvindo? Diga um legalzinho se estiver ouvindo.

MÁRCIO JÚLIO – COORDENADOR GERAL DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Eu estou ouvindo no celular, estou com um *delay* em relação ao que a senhora está dizendo. Eu sou policial, eu sou policial há 22 anos, eu estou no governo federal desde janeiro do ano passado, mas tenho uma trajetória profissional, que gosto de acreditar que me habilita a estar falando sobre os temas que eu falo.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SONIA MEIRE – PSOL

Muito obrigada. Vamos dar prosseguimento às demais falas para que ele possa também poder acompanhar e nos ajudar nesse processo. Vou passar agora a fala para o

nosso, quer falar agora, Eder? Sindicato? Então, vamos passar a fala para o nosso companheiro Eder, que vai fazer a sua fala, trazer também a leitura da categoria para nós. Obrigada, Eder.

EDER RODRIGUES – PRESIDENTE DO SIGMA

Bom dia a todos. Gostaria de agradecer à Vereadora Sonia Meire, a quem quero cumprimentar toda a Mesa, em nome dela, o promotor de justiça, doutor Rogério, e aos demais integrantes da Mesa, a Deputada Linda Brasil. Agradecemos à vereadora por abrir essa audiência pública, para que nós possamos participar e colocar a nossa visão como profissionais de Segurança Pública do município de Aracaju. Nós já temos dialogado com a vereadora desde a sua iniciativa em realizar esse projeto. Inclusive tivemos a preocupação de conversar com a nossa categoria em assembleia geral e foi decidido de forma unânime sermos contrários ao Projeto n.º 20 /2024, que trata sobre essa questão das câmeras corporais. Eu gostaria, inicialmente, de falar de forma técnica a respeito do nosso posicionamento, nosso ponto de vista a respeito do projeto. Não que a Guarda Municipal tenha algum problema com as câmeras corporais, não, mas nós sabemos que esse debate é realizado em nível nacional como já foi falado por aqueles que me antecederam. E, na última votação, na terça-feira, inclusive, eu gostaria de falar inicialmente para esses vereadores que votaram favoravelmente, incluindo a autora do projeto, a Vereadora Sonia Meire, e os demais vereadores, Professor Bittencourt, Breno Garibalde, Bigode, Elber Batalha, Camilo e Cícero. Sete vereadores que votaram favorável ao projeto e a justificativa, baseada, claro, nos argumentos trazidos pela vereadora no seu projeto, de que as câmeras corporais vão contribuir para a segurança dos agentes que estarão diante de uma ocorrência, na execução das suas atividades profissionais, porque vão registrar toda a dinâmica das ocorrências, trazer segurança para a população e trazer também elementos probatórios para uma cadeia de custódia. Na verdade, esses elementos ou essas falas, em relação a essa defesa do projeto, nós sabemos que é uma forma, um ponto de vista de enxergar essa implementação das câmeras corporais. Porém, existem outros elementos que devem ser levados em questão, inclusive pelo histórico, desde quando foi implementada no Brasil, nos órgãos de Segurança Pública. A gente precisa levar em consideração toda essa dinâmica que vem ocorrendo, o histórico e os estudos que são feitos em relação às câmeras corporais. Não

somente os estudos daqueles profissionais que veem de forma favorável, mas também aqueles que enxergam, e as pesquisas que foram feitas em relação a esse uso, e entendem como danoso para a Segurança Pública e que traz prejuízos. Eu vou comentar um pouco a respeito disso. Nós sabemos que dos 193 países, apenas 30 utilizam as câmeras corporais. No Brasil, sete estados fizeram implementação das suas polícias. Inclusive, o pioneiro, Santa Catarina, que, em 2019, iniciou esse projeto, por iniciativa dos próprios profissionais de Segurança Pública, entendendo que seria uma forma de resguardar, de se proteger das falsas acusações durante as suas ocorrências policiais, deixaram, em setembro deste ano, de utilizar essa tecnologia. Os argumentos estão aqui com o despacho do comandante da Polícia de Santa Catarina, e o principal argumento é que essa cadeia de custódia, que eles tantos acreditavam que ocorreria, não ocorreu. Justamente por todas essas falhas das tecnologias, falhas dos sistemas e, ao invés de proteger o policial, deixou o policial ainda mais vulnerável, a respeito da utilização dessas imagens, a forma com que essas imagens são utilizadas. Por isso, e, além desse argumento, a questão do alto custo que muito bem foi colocado pelo representante do Ministério da Justiça, o alto custo. Por conta disso, o estado que foi pioneiro na utilização dessas câmeras está deixando de utilizar essa tecnologia. E, agora, nós trazemos o debate para a Guarda Municipal de Aracaju, que, no nosso entendimento, está todo desconexo com a realidade. Pois, se as câmeras têm o objetivo de fiscalizar o trabalho dos agentes de Segurança Pública, de evitar um abuso das suas ações, de evitar uma letalidade, de reduzir a letalidade dos policiais, como acontece nos primeiros estados que utilizaram essa tecnologia, como o Rio de Janeiro que foi obrigado a implementar por decisões do Supremo Tribunal Federal, por que nós estamos discutindo essa questão em Aracaju se o índice de letalidade das ações da Guarda Municipal é zero? Nós não temos um caso sequer de que o guarda municipal, em uma das suas ocorrências, em uma das suas ações, agiu de forma truculenta para que gerasse uma perda de uma vida, seja de um suspeito, alguém que esteja cometendo a criminalidade ou não. Todas as nossas ações são baseadas dentro da legalidade. Aqueles que são flagrados em situações de crime são levados devidamente para a delegacia. E aqueles casos que foram citados aqui pelo assessor da vereadora, a partir de notícias de jornais, Mangue, se eu não me engano o nome, essa é a fonte que foi utilizada para fundamentar o projeto? Notícias da Mangue? Todas as notícias foram de uma mesma fonte

jornalística, que parece ser muito tendenciosa, porque, em nenhuma das matérias, ouviu o servidor da Guarda Municipal, ouviu os envolvidos nas ocorrências. Não, apenas ouvia um lado para trazer uma acusação de que a Guarda é truculenta. Pois bem, não trouxe sequer o desfecho dessas ocorrências, mas, por causa do tempo, eu vou trazer apenas uma, da mais grave, a questão em que a jovem foi atingida por um disparo de arma de fogo, em que o guarda municipal foi colocado como alguém que tentou contra a vida de uma pessoa, tentativa de homicídio. Porém, durante todo o procedimento, todo o processo, ficou provado que a guarnição que estava ali, naquele acampamento, agiu em legítima defesa. Então, já foi transitado e julgado e nenhum guarda foi criminalizado por a sua ação correta, provando, durante todo o processo, que agiu de forma correta. Portanto, não é uma notícia de um jornal que vai trazer outra realidade aos fatos, que já foram provados na Justiça, que a Guarda Municipal não agiu de forma truculenta, nem agiu para tentar contra a vida de ninguém, agiu de forma correta. Pois bem, para falar sobre o projeto em si, algumas incongruências em relação à própria portaria em que o projeto se baseou para trazer essa fundamentação, a Portaria n.º 648, do Ministério da Justiça, que, ano passado, o governo disse que faria uma lei para regulamentar o uso das câmeras corporais. Por que esse projeto não foi enviado para o Congresso Nacional, para que pudesse analisar e poder votar? Porque, provavelmente, o governo sabe que a maioria do povo brasileiro não aprova essa implementação das câmeras corporais e, no Congresso, existe diversos projetos de lei, inclusive favoráveis e contrários à implementação desses equipamentos nos policiais. O governo não teve a coragem de ir para o debate e colocar para ser discutido com os representantes do povo. Fez por meio de portaria, regulamentando sem discutir com os parlamentares que foram devidamente eleitos pelo povo. E essa portaria está sendo usada pela nossa vereadora para argumentar que os recursos vão vir do Fundo Nacional de Segurança Pública, já foi provado aqui e dito que, inicialmente, esses recursos serão distribuídos para os estados, inclusive que existe o Fundo Estadual de Segurança Pública. No município, nós não temos Fundo Municipal de Segurança Pública, nós não recebemos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Então, ficaria para os municípios arcarem com esse custo. Inclusive, na própria portaria, que foi utilizada para fundamentar o projeto, diz que é responsabilidade dos órgãos de Segurança Pública gastar os seus recursos e, não sendo possível, contar, se houver recursos, com os recursos do Fundo Nacional de

Segurança Pública. Ou seja, o fundo não vai custear os equipamentos. O responsável pela compra dos equipamentos é o próprio órgão de Segurança Pública. Ou seja, a Guarda Municipal, hoje, padece de EPIs básicos. A Guarda Municipal, hoje, não tem um radiocomunicador. Como é possível, nos dias de hoje, fazer Segurança Pública ser a condição de se comunicar com a central? Os guardas saem pelas ocorrências e não têm condição de ter o diálogo com a central onde despachou as ocorrências. Em uma necessidade, como é que o guarda vai pedir socorro? Não tem, porque nós não temos. E o argumento é sempre o mesmo, não há recursos. O guarda municipal não tem um armamento moderno, a maioria trabalha com revólver, armamento ultrapassado. A Guarda Municipal tem o maior trabalho para conseguir fazer uma licitação e comprar armamento. E, no projeto, a Vereadora Sonia Meire colocou que o custo anual para essa tecnologia ser implementada na Guarda Municipal seria em torno de R\$ 5,8 milhões. Esse recurso, vereadora, e demais presentes, seria suficiente para resolver os problemas de estrutura da Guarda Municipal de Aracaju. Porém, antes de discutir câmeras corporais, nós precisamos resolver as questões estruturais da nossa instituição, para que, depois, a gente abra esse diálogo. E outra coisa, o projeto foi votado em regime de urgência. Qual a urgência que justifica a aprovação desse projeto de lei para a Guarda Municipal que, como eu disse e repito, não é uma guarda truculenta, não há letalidade nas ações da Guarda Municipal? Eu tinha outras questões para falar, infelizmente, o tempo acabou. Só vou pontuar aqui. O estudo realizado pela Universidade Stanford na Califórnia, na Rocinha, no Rio de Janeiro, que refuta os argumentos de que as câmeras corporais só trazem benefícios, porque, nesse estudo, esses pesquisadores, essa universidade está entre as cinco melhores universidades do mundo; eles detectaram que 46% dos vários tipos de fiscalização deixaram de existir na polícia do Rio de Janeiro, na Rocinha, quando as câmeras corporais foram implementadas, 69% dos agentes deixaram de agir quando havia denúncias de crime por parte da comunidade. O que é isso? A comunidade procurar o agente de Segurança Pública e por que nele está sendo colocado um equipamento que vai incriminá-lo, mesmo agindo dentro da legalidade, porque isso também foi provado nessa pesquisa, mesmo o agente, muitas vezes, agindo dentro da legalidade, por conta das interpretações daquele que vê as imagens, que não mostram toda a dinâmica da ocorrência, por exemplo, o nosso colega que foi assassinado em 2018, no Mercado Central. Nós não cometemos nenhuma morte nas

nossas ações, mas nós já tivemos um colega que foi vitimado, e ele, se usasse câmera corporal, não iria mostrar a dinâmica da ocorrência, porque o indivíduo, de forma covarde, na sua lateral, atingiu-o de forma letal. Então, nem sempre a câmera vai mostrar a dinâmica de como decorreu a ocorrência. É um instrumento que é defendido, tem as suas vantagens, como já foi colocado pelo nosso promotor, porém, não vai resolver a questão da Segurança Pública. Não resolve e está totalmente desconexa com a realidade de Aracaju, porque nós temos outras prioridades, nós temos outras necessidades. Não há o que se falar, não há condição de a gente defender um alto custo com um equipamento desse, que está sendo testado em vários estados e reprovado em outros, que já utilizaram a tecnologia, para a gente, em regime de urgência, implementar esse tipo de tecnologia aqui. Para fechar essa compreensão, vereadora, em relação ao seu partido, no plano de governo do PSOL para todos os municípios onde o PSOL teve candidatos, sobre a Segurança Pública, o pessoal disse o seguinte, quanto ao uso das novas tecnologias, relatórios de impacto para avaliação, potenciais riscos a direitos fundamentais e amplo debate social sobre o processamento de dados pessoais pela administração pública, dando preferência a tecnologias que não violem a privacidade. Então, levando em consideração esse argumento, que eu concordo plenamente, do PSOL, em relação à Segurança Pública, deve ser levado em consideração e haver um recuo em relação a esse projeto, para que haja maior debate, porque, realmente, muitas questões, em relação à privacidade, aqui, não são respondidas. Porque, no projeto, há a possibilidade de o agente desligar a câmera apenas no momento de ir ao banheiro e no momento de fazer a sua refeição. E durante todo o dia? As suas conversas com seu colega de trabalho, as suas conversas com familiares pelo telefone? Eu vou receber uma ligação da minha esposa e vai ficar registrado para que qualquer pessoa tenha acesso. Outra questão que é muito importante e que na portaria do Ministério da Justiça diz que essas imagens só podem ser disponibilizadas com a requisição de magistrados, membros do Ministério Público, Defensoria Pública, autoridade policial administrativa, responsáveis pela investigação. No projeto 20, qualquer pessoa pode ter acesso. Qualquer. Então, a privacidade do nosso trabalho, inclusive das pessoas com as quais interagimos nas nossas atividades, está sendo colocada em risco. Agradeço o espaço e peço desculpa por ter passado um pouco do tempo. Muito obrigado.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SONIA MEIRE – PSOL

Obrigada, Eder. É importante a gente fazer as escutas e continuar aqui. Agora, eu quero continuar a Mesa, chamando a nossa, representando a universidade, a professora Andréa De Piere.

ANDRÉA DE PIERE – JURISTA, PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)

Vou falar daqui mesmo. Pode ser? Estão me ouvindo? Bom dia para todo mundo, eu cumprimento a Mesa, na presença da Linda, que está à minha direita. Bom, eu preparei uma fala, mas muitas das coisas que eu preparei já foram faladas. Então, eu vou aproveitar essa oportunidade e me apresentar. Eu sou professora do curso de Direito, eu dou aulas de criminologia, mas eu trabalho com a polícia há muitos anos. Comecei a dar aula para as polícias na década de 90 e fiz parte, faço parte ainda, está um pouco desativada, da rede de altos estudos de Segurança Pública. Então, eu vou participar aqui do debate, vou reagir um pouco à fala do Eder, porque, para mim, é uma fala de surpresa, pois a minha avaliação, de fora do dia a dia da Guarda, era no sentido de, eu achei que vocês estavam a favor da implementação das câmeras. E vou dizer o porquê. Porque eu acho, até onde eu sei, a luta da Guarda, a luta histórica da Guarda é uma luta pela sua profissionalização e pelo seu reconhecimento como sendo parte do Sistema de Segurança Pública. Então, a Guarda sai de um lugar de olhar para o patrimônio público e vai se profissionalizando e alcançando esse lugar de ser polícia. E vai alcançando esse lugar com uma vantagem, que é a vantagem de se estabelecer como um policiamento ostensivo não militarizado. Ou seja, diferente da Polícia Militar, que tem uma herança que está calcada no processo de militarização da força, a Guarda, em tese, começa já em um Brasil constitucionalizado. Então, ela tem a possibilidade de se estabelecer ou de se colocar para o policiamento de um outro lugar que é diferente do lugar das polícias militares. A Lei nº 13.675 é a que criou o Sistema Único de Segurança Pública e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, e as Guardas, hoje, são uma parte integrante desse sistema. Essa legislação é de 2018 e é uma legislação que traça diretrizes que são muito importantes para todo o policiamento. Mas, mais que isso, a gente está em um momento em que foi encaminhada, e aí, claro, esse tema exige uma discussão bem específica, têm pontos aí que estão colocados no

debate público, mas a gente não pode esquecer que foi encaminhada uma PEC da Segurança Pública em que um dos objetivos é constitucionalizar o Fundo de Segurança Pública. Então, a PEC que está sendo encaminhada para a votação, talvez esse seja um dos motivos, Eder, de não ter havido um encaminhamento de uma legislação específica. Porque está se preparando um projeto de emenda constitucional para constitucionalizar o fundo e o fundo é um elemento central nesse debate das câmeras corporais. A portaria que foi citada, a n.º 648, é uma portaria bem importante, é uma portaria que fixa diretrizes, realmente. E aí, claro, não é, gente, do ponto de vista normativo, portaria é uma norma inferior à lei ou inferior a uma lei municipal. A portaria não é uma legislação que vai definir como é que as Guardas e as Polícias Militares dos estados vão funcionar. Mas eu acho que tem uma coisa que é importante, que é o artigo 2º, que justamente vincula o financiamento da implementação dos projetos de câmeras corporais ao Fundo Nacional de Segurança Pública. Então, eu acho que é algo que a gente precisa olhar com atenção, principalmente diante da possibilidade de constitucionalização do fundo. Portanto, esse dinheiro vai ter uma fonte fixa. Outro ponto que eu acho bem importante é que a gente está em um momento que já tem um acúmulo relativo de experiências e de pesquisas sobre o uso das câmeras. Essa pesquisa de Stanford, à qual o Eder se refere, não é uma pesquisa contra ou a favor. Porque, de uma maneira geral, gente, quando a gente produz ciência, não é como na política, que você é de um lado todo ou de outro lado. Então, normalmente, quando a gente produz pesquisa, aparecem muitas nuances e a questão das câmeras corporais tem muitos pontos de reflexão, de necessidade de melhora e pontos de tensionamento. Mas o que eu queria conversar com vocês é que a questão das câmeras corporais está introduzida em um movimento muito mais amplo de utilização de videomonitoramento para a segurança. Ou seja, por que eu achei que isso seria interessante para as Guardas? Porque me parece que esse é um movimento inevitável. É um movimento inevitável porque, como o representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública falou, a gente está visualizando, já é possível visualizar uma mudança no mundo, que envolve até, do ponto de vista do município, o conceito de cidade inteligente, ou seja, que tipo de recurso essa cidade vai ter para monitorar os seus territórios. Se a gente for olhar para a questão do videomonitoramento, a gente vai ver como é a utilização de câmeras de atividade policial, gente, primeiro registro é 1939. Com a experiência de colocar as

câmeras no alto das viaturas. Então, a gente tem um conjunto de experiências em que as câmeras são, primeiro, acopladas nas viaturas, a partir da década de 30, final da década de 30, quase 100 anos, já se discute isso, passando pelos circuitos de câmera na cidade e centrais de monitoramento e, depois, a experiência das chamadas câmeras corporais. Uma experiência que está em movimento, que não está acabada. As primeiras câmeras corporais adaptadas estavam presas no capacete. Certo? Em cima da orelha. E elas tinham um problema de acoplamento e desacoplamento. Como as primeiras experiências no Brasil também, havia um problema de fixação na farda. Fixação, ângulo... Então, assim, não é... E a tecnologia também evolui muito rápido. A menção de que o custo baixou, baixou e vai continuar baixando, como tudo em tecnologia. Portanto, eu acho que é preciso pensar e refletir sobre onde é que a Guarda quer estar, qual é o momento dela, porque é inevitável que as tecnologias sejam incorporadas a um funcionamento profissionalizado das polícias. A gente sabe que conter o uso da força é um grande desafio sempre, é um grande desafio na guerra, ou seja, existem normas sobre a guerra, têm coisas que não se faz na guerra. Portanto, os exércitos nacionais, em situação de guerra, estão submetidos a protocolos, que dirá o funcionamento das polícias, que arbitram o uso da força e a violência entre particulares e concidadãos dentro de um mesmo estado. Então, a utilização do uso da força é sempre, sempre, sempre uma preocupação. Mas é uma preocupação, gente, que está ligada ao próprio desenvolvimento da ideia de civilização. Controlar o uso da força é essencial. E é por isso que a gente precisa, inclusive, controlar o uso da força para que, abre aspas, “o bandido não tenha mais força do que os cidadãos,” para que as normas jurídicas, para que a legislação possa ser cumprida. Logo, eu acho que a experiência dos circuitos de TV, da filmagem nas ruas, dos chamados *dash cars*, que são os carros com câmera circulando pela cidade, tudo isso indica, quer dizer, a minha pesquisa vai ao mesmo sentido da fala do representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública, de que as câmeras corporais e a sua utilização fazem parte de um movimento muito maior de mudança e introdução de tecnologia nos funcionamentos de policiamento e Segurança Pública. A questão é se o município de Aracaju se adianta, porque também é o seguinte, gente, se o dinheiro vem de Fundo Nacional de Segurança Pública, se o fundo vai ser constitucionalizado, quem tiver projeto pega o dinheiro, quem não tiver; não pega. Então, a questão é, em que lugar a Guarda Municipal de Aracaju quer estar? Eu não

estou dizendo que a gente não tenha problemas, eu acho que a gente tem muitos estudos, a gente tem, olha, tem estudo em Rialto, Toronto, Estados Unidos, Hampshire, bairros de Londres, a gente tem vários estudos científicos e os estudos não oferecem respostas do “sim ou não”, do tudo ou nada. Mas eu acho que tem um estudo que vale a pena, ele foi mencionado aqui, alguém que falou antes de mim mencionou o estudo do coronel Cabanas Duque. Ele é um coronel que está na Reserva, em São Paulo, mas a tese de doutorado dele, eu posso passar, Sonia, para você, a tese dele de doutorado é bem impressionante, porque a tese dele antecede e ele trabalha na implementação das câmeras na cidade de São Paulo. E ele levanta vários problemas, vários. Então, assim, não é só o equipamento, colocar o equipamento, largar o equipamento. É preciso pensar em protocolos operacionais rígidos, em plataforma de gestão dos dados. Na definição do modelo de fixação, acoplamento e desacoplamento do equipamento na farda, é preciso revisar aspectos de governança. Então, não é só sobre colocar câmeras, é sobre mexer nos mecanismos de governança e gestão, mas isso é para profissionalizar o serviço. É tão importante quanto, claro, ter equipamentos adequados, contar, por exemplo, com drones, mas é preciso atividade de *accountability* na gestão. E, além disso, comissão de mitigação de riscos e revisão aleatória dos supervisores, porque se acredita que, verificando o funcionamento e a forma como as polícias e guardas funcionam, é possível incrementar os treinamentos e criar novos protocolos. Agora, claro, isso exige vontade política. Comprar as câmeras, não conseguir acoplar, não conseguir desacoplar, não ter *accountability*, não ter gestão, é jogar dinheiro fora. Então, é preciso amarrar as coisas. Nesse sentido, a utilização das câmeras tem sido vista também. Dentro do Sistema Único de Segurança Pública foi criado o SINESP, que é o Sistema Nacional de Informação de Segurança Pública, e um dos objetivos da informação sobre atividade policial é justamente a melhoria na qualidade de vida dos profissionais, redução da vitimização e prevenção com cuidados mentais. Entender a rotina dos policiais na rua é algo importante para a própria gestão do serviço desses policiais e proteção de direitos. Uma coisa que eu queria dizer sobre a questão da cadeia de custódia é que a cadeia de custódia, Eder, é uma preocupação do ponto de vista da Justiça. Mas, se a cadeia de custódia for quebrada, o que acontece, gente, no Brasil, vale o princípio *in dubio pro reo*, então, se a cadeia de custódia da prova for quebrada, ninguém vai ser punido por uma prova cuja cadeia de custódia foi quebrada, não é?

Então, o problema da quebra da cadeia de custódia é a gente não conseguir usar a prova para poder culpabilizar, fazer a imputação de quem praticou um crime em uma situação que foi gravada. Essa é a questão, mas isso não coloca o agente policial em risco. O que coloca o agente policial em risco é a ausência de protocolos e de profissionalização. Isso faz com que vocês estejam em risco todas as vezes que vocês vão à rua. Vocês estão em risco e vocês representam um risco para a população se vocês não têm um protocolo para funcionar. Uma coisa que a gente já sabe e, nesse sentido, há estudos de que o uso ininterrupto da câmera de segurança é a forma mais efetiva para diminuição de letalidade, diminuição de reclamação. As questões da privacidade precisam ser pensadas, mas, se deixa para o policial ativar e desativar, a portaria do Ministério da Justiça prevê três modalidades... O uso ininterrupto ou a possibilidade de o policial ativar e desativar. A possibilidade de ativar e desativar, gente, na hora do “frej”, da correria, não é nem de má-fé, simplesmente não ativa. Então, ou o uso ininterrupto, eu entro para o serviço e ativo a câmera, eu saio do serviço e desativo a câmera, o outro é o policial ativa e desativa; e o outro é um acesso remoto, ou seja, a central, na hora que percebe que a operação vai começar, ativa. Porque aí o policial não esquece. A portaria prevê essas modalidades de ativação, mas eu realmente acho que a gente deve avançar para a colocação de câmeras que possam funcionar para monitoramento ininterrupto, porque é um mecanismo de controle da atividade, que é uma atividade pública. Desculpem! Para finalizar, a última coisa que eu queria dizer. Bom! As vantagens e desvantagens estão na mesa para avaliação. Acho que o que depende da aprovação do projeto, sabe, Sonia, é aprovar o projeto, se for possível, uma logística de capacitação do funcionamento das guardas. As guardas e as polícias precisam se capacitar e precisam se capacitar profissionalmente. A proteção do policial depende do quanto o serviço é profissionalizado. Fora isso, gente, é o que vocês mesmos dizem, é enxugar gelo todo dia, é correr risco todo dia, é ganhar pouco. Então, eu não vejo sentido que algo que possa significar, em alguma medida, profissionalização, proteção, em um esquema maior, em que o uso de inteligência artificial vai chegando às cidades como um todo, para o trânsito e para outras coisas, que a gente abra mão de sair na frente, eu acho que é isso, é sair na frente mesmo para arrecadar os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e implementar uma gestão que permita o uso das câmeras corporais.

PRESIDENTE PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Muito obrigada, professora Andréa, vamos passar agora... Antes de passar para Iza, eu quero registrar a presença do senhor Wesley Góes, presidente do Diretório Municipal do PSOL/São Cristóvão, o delegado Mário Leoni, Movimento dos Policiais Antifascistas, da União da Juventude Comunista, o JC, do Fórum de Organização Negros de Sergipe; da Rede de Mulheres Negras de Sergipe e da Unidade Popular. Quero também registrar a presença do senhor Claudemir Santos do Barracão Cultural. E, agora, eu quero passar a palavra para nossa querida Iza Santos, que vai se pronunciar a respeito do tema. Obrigada.

IZA JAKELINE BARROS – ARTICULADORA DO COLETIVO SAUDADE E DA FRENTE ESTADUAL PELO DESENCARCERAMENTO

Bom dia a todas e todos. Gostaria, primeiramente, de saudar a Mesa. Muito importante a gente estar aqui trazendo esse debate, saudar também o pessoal que está nos assistindo, trazendo a importância disso tudo, não é? Então, meu nome é Iza Jakeline Barros, eu faço parte da Rede Nacional de Mães e Vítimas de Violência do Estado. Faço parte também do “Coletivo Saudade”, que é um coletivo sergipano, constituído por mães e familiares de vítimas de violência. Eu trago também a nossa história do outro lado das cortinas. Acho que aqui foi muito bem explanado todo o trabalho da Guarda Municipal, mas a gente precisa também entender e ouvir o que a sociedade tem para falar, afinal, a gente está na Casa do Povo, trazendo legislações e leis que vão ser exercidas também, a princípio, a partir do povo. Então, eu começo a minha fala, porque eu vi muitos falarem aqui sobre o alto custo dos equipamentos, questionando sobre qual é o valor da vida? Eu sou defensora dos direitos humanos e também trago isso para vocês, que é uma fala que a gente escuta muito, principalmente na força dos policiais. “Ah, mas os defensores dos direitos humanos defendem bandidos.” Bom, quando eu me entendi defensora dos direitos humanos, entendi que defendo todo o ser humano que vive no planeta Terra. Porém, se tem outro planeta, eu acho que pode ter outro nome, mas, aqui, planeta Terra falando, a gente defende todos os direitos de todos os seres humanos. E, trazendo essa fala, eu também anotei algumas, como bem falou a Andréa, mas, a partir das falas ouvidas, aqui, eu quero trazer algumas reflexões. Primeiro, qual o custo da vida? Quanto é que vale a nossa vida? Tanto dos

policiais quanto a nossa, enquanto sociedade, quanto é que vale? Qual é a função da Guarda Municipal? A função é assegurar a observância dos patrimônios públicos, o respeito, o direito a todos os cidadãos, conduzir ações da segurança urbana, priorizar aquelas de natureza preventiva e de repressão qualificada com foco na manutenção da ordem pública, na solução pacífica de conflitos e gerenciamento de riscos. O que nós estamos fazendo aqui, hoje, é solucionar problemas pacíficos de conflitos e gerenciamento de risco. Muito bem, estamos tentando esse diálogo com vocês, não é? E eu trago também uma fala do promotor Rogério. Inclusive, doutor Rogério, a gente queria agradecer, porque todos os nossos encaminhamentos ao senhor, no Ministério Público, têm sido muito bem aceitos, muito obrigado, viu? Continuaremos mandando os nossos processos para lá. E trago o símbolo da balança, que é aquela balancinha, que representa o Direito. Por que é uma balança? Porque a balança indica o equilíbrio e a ponderação na hora de pesar o lado a lado, os argumentos contra e a favor dos acusados. Então, o que nós estamos colando, aqui, hoje, é uma balança. E a balança precisa estar nem lá e nem cá. Ela precisa reger os preceitos também de toda uma sociedade que tem falado sobre a letalidade policial. Eu queria trazer alguns números, que não são da mãe do jornalismo, viu, Eder? Deixar isso muito explícito, porque a gente estuda muito esses números para a gente estar aqui. A gente não se baseia só em um jornal. Também queria deixar muito bem claro e agradecer o trabalho dos jornalistas, aqui, têm muitos presentes, vocês fazem uns trabalhos sensacionais. Muito obrigada por isso. Por meio dos seus trabalhos, a gente consegue tirar algumas estatísticas. Eu vou trazer também alguns dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, não é a mãe do jornalismo, viu? Que fala sobre os números. Mas a letalidade policial, a gente já sabe que está em alta no Brasil, sobretudo no estado de Sergipe. Por meio do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a gente viu que Sergipe está no *ranking* de terceiro lugar de letalidade policial no Brasil, foi o último dado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. E, aí, fala assim, como é que aumentou essa letalidade policial no Brasil? Quem é o perfil? A gente tem aqui o perfil das vítimas, 82,7% das pessoas são negras, 71,7% são pessoas de 12 a 29 anos e 99,3% do sexo masculino; traz um recorte também do racismo estrutural do nosso estado. Mas aí é outra pauta, tá, gente? Inclusive, a gente fala sobre o racismo estrutural, mas eu estou vendo aqui, em sua maioria, os agentes das forças policiais, sobretudo homens negros. Então, estou trazendo essa reflexão para

vocês também, tá? A gente percebe o aumento dessa letalidade policial. E a questão dessas pessoas. Foram 217 mortes. E aí, eu trago agora, “Ah, mas os policiais também morrem em confronto”, não é? Há confrontos. E eu trago esses dados. Em 2023, aconteceram 118 suicídios de policiais. E trago de novo a fala do promotor Rogério sobre o quanto isso é adoeecedor para vocês. E a gente entende isso, a gente entende que tem de haver algo mais seguro para vocês também, porque não é fácil estar nas ruas, nesse cotidiano, nesse dia a dia de violência também. Então, 127 policiais foram assassinados no ano de 2023. Lembrem-se do número que eu falei, dos assassinatos fora os policiais. Desses 127 policiais que foram assassinados, 57% morreram fora dos seus horários de serviços. Qual é o perfil dos policiais assassinados? 69,7% desses policiais são negros, 51,5% estão entre 35 e 49 anos e 96% são do sexo masculino. Então, a gente percebe para onde é que a balança, lembra-se do início da balança, está mais pendendo. Então, ao olhar e analisar esses relatórios, a gente percebe muitos parâmetros. O que vai impactar na sociedade? O uso dessas câmeras nos uniformes? E aí eu trago também de novo o que Eder fala: “Ah, vamos ser monitorados até nas nossas conversas? E, agora, para ir ao banheiro?” Veja, hoje, com a chegada da tecnologia, nós somos monitorados a todo o momento. Neste momento estamos aqui monitorados, nas escolas estão sendo monitorados. Ontem, eu cheguei para fazer o ENEM em uma escola e achei incrível que teve o reconhecimento. Eu digo: Nossa! Reconhecimento facial para os alunos? É uma forma de monitoramento. Então, a gente precisa avançar nas tecnologias também do nosso trabalho. Foi como bem o colega de Brasília falou. As câmeras, além de ajudá-los em seus trabalhos, é um EPI de segurança. Vocês precisam enxergar isso, porque nós, enquanto sociedade, entendemos a questão do uso da segurança também. Quando a gente fala de um ano, que essas imagens fiquem guardadas durante um ano, é porque a gente percebe também a questão das audiências de custódia. Quando a pessoa detida vai a uma audiência de custódia, um ou dois dias, melhor que seja em 24 horas, é o primeiro contato que essa pessoa tem com a Justiça. Não tem como fazer um levantamento de provas na audiência de custódia. Essa pessoa vai ficar custodiada em uma determinada unidade prisional, só depois é que ela vai vir para a audiência de conciliação, não, ela vai vir para uma audiência de instrução criminal. Quanto tempo demora para essa pessoa e para essa audiência de instrução criminal? Hoje, em Sergipe, a gente percebe o quanto ainda demora um pouco, porque precisa de escolta, às vezes,

não tem um advogado e tem de colocar um defensor, ou o advogado demora a fazer uma defesa. Então, demora em média 3 a 4, chegando até 6 meses para uma audiência na qual vai ser apresentada aquelas provas. Então, se ultrapassar disso, vão desaparecer as provas? É isso que a gente precisa lembrar. Outra coisa que eu queria dizer para vocês é sobre os números das guardas municipais. A gente acompanhou, também não foi pela Manguê Jornalismo, uma tentativa de homicídio de uma das mulheres, que estava dentro de uma ocupação, pela Guarda Municipal. A gente tem o caso de Soma, a gente tem o caso, está ali Cleiton, que poderia também falar possivelmente desses casos, do uso da força, da Guarda Municipal, infelizmente, em Sergipe. Então, a gente tem vários relatos. Não é um, não são dois, não são três. Têm vários. E, aí, trazendo de novo essa lógica e também falando do tratamento psicológico que vocês precisam estar sendo acompanhados, é importante trazer um relato do quanto isso é perplexo dentro de uma sociedade, é complexo dentro dessa sociedade. A gente acompanhou, um tempo atrás, uma briga, dentro de uma van, no interior do estado, onde, infelizmente, o guarda municipal sacou seu revólver, deu dois tiros em um pneu de uma van. E, aí, o colega aqui presente, Eder, fala em uma entrevista, que também não foi na Manguê Jornalismo, que o guarda envolvido estava em casa, respondendo em liberdade, que esse processo segue em tramitação na Justiça. Lógico que ele não estava ali, a gente não sabe se estava em serviço ou não. Mas o quanto vocês ainda estão submetidos a essa violência também. Então, é necessário ter esse olhar sobre o equipamento ser um EPI de segurança. Eu trouxe só algumas reflexões. Nós, enquanto mães de vítimas de violência do Estado, muitas vezes, a gente tem esse medo de falar e de expressar, mas a gente procura por essa busca jurídica, que é muito difícil chegar. Eu tenho certeza de que, com o uso das câmeras nos uniformes da polícia, nós vamos ter as respostas que a gente tanto procura por intermédio do Ministério Público e de outras organizações. Quero deixar aqui uma reflexão para a Guarda Municipal, sobretudo para os homens negros que estão aqui, trazer uma provocação mesmo, de lembrar e atuar como Sankofa. O que é Sankofa? É um pássaro que anda para frente com o pescoço virado para trás. Isso traz a reflexão da nossa ancestralidade. Caminhar, olhando para trás, porque o mundo é redondo, não é? Então, a gente precisa também lembrar quem é que está atrás, tentando sobreviver, e dizer que resistência é um fator essencial dentro das periferias, não só de Aracaju, mas do estado de Sergipe. Viu, gente? Obrigada.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Muito obrigada, Iza Jakeline Barros, pela sua contribuição, está aí na luta diária. Quero, agora, antes de chamar a próxima pessoa, que é a nossa Deputada Linda Brasil, comunicar que, após a fala de Linda, vou passar aqui para o nosso vereador e vamos também passar para algumas pessoas que já estão inscritas, para as pessoas se colocarem também, falarem um pouco, porque a audiência é para isso, está certo? A gente só vai limitar o tempo por conta do horário, para dar tempo, porque, às 14 horas, vai haver nova audiência aqui, outra audiência, para a gente se organizar e dar tudo certo. Está bem? Linda, muito obrigada. Com a palavra.

LINDA BRASIL – DEPUTADA ESTADUAL POR SERGIPE

Bom dia a todas, todos e “todes”. Primeiramente, vou fazer minha descrição para contemplar as pessoas cegas e com baixa visão, que possam estar acompanhando aqui ou pela TV Câmara e, posteriormente, nas redes sociais, pelo canal do *YouTube*. Sou uma mulher *trans*, cor de pele branca, estou com um macacão vermelho, meio alaranjado, com brincos, pulseira e o cabelo loiro médio, estilo Chanel. Bom, primeiramente, quero saudar essa Mesa “babadeira” pelas reflexões. Iza, você é gigante, Iza traz algumas reflexões importantes sobre o equilíbrio e basta de extremismo. O que a gente percebe é que a gente não precisa de extremismo para resolver o que a gente quer, que é buscar algo e dizer que, quando a gente é a favor de um projeto, a gente não está indo de encontro, Eder, a lutas históricas da Guarda Municipal, a gente está aqui, justamente, para ver força, principalmente, para fortalecer a Guarda Municipal, não só em questão do uso das câmeras, que a gente tem vários debates, como foi dito pela professora Andréa De Piere, que os levantamentos científicos são para trazer dados para que, mediante esses dados, a gente possa ver a melhor forma de agir, a melhor forma de resolver os dilemas. Mas o que a gente percebe é que, infelizmente... primeiro, dizer que sou contra a militarização da Guarda Municipal, bem como a militarização das Polícias Militares e falar de militarização não é contra só a questão do armamento, dessa postura bélica, de guerra, é a favor de uma polícia que exerce a função principal que é proteção do povo, proteção da população. E falar de proteção também tem a ver com a proteção dos próprios agentes de Segurança Pública e o que a gente está discutindo é que,

infelizmente, o Brasil é o país que mais mata por ações de agentes policiais, mas também é a polícia que mais morre. Então, há algo errado. E o que é errado? Essa concepção de Segurança Pública hierarquizada, porque quem é agredido, quem está colocando a vida em risco são os trabalhadores da Guarda Municipal, da Segurança Pública, não são os coronéis que estão nos gabinetes determinando as operações policiais ou então que articulam, que coordenam uma capacitação, uma formação visada nessa guerra entre as polícias e a população, como se fosse uma guerra civil que a gente está vivenciando. Então, é esse tipo, esse modelo de hierarquização e modelo de caça às drogas que está aí, que não deu sucesso e que, infelizmente, Iza, morre. Quem morre? O jovem periférico e a gente sabe que a maioria do jovem periférico tem cor, é a juventude negra. É sobre isso que a gente está falando e dizer que... Sonia, uma das minhas primeiras reuniões como vereadora, eu esqueci o nome do guarda municipal, eu me reuni com um guarda municipal, por isso que eu estranhei também, Eder, de você dizer que todo mundo da Guarda é contra; ou então, a votação dentro do Sindicato, porque uma das minhas primeiras reuniões, como vereadora, foi com um guarda municipal, apresentando um projeto de lei de uso de câmeras corporais, de áudio e vídeo, porque, no entendimento dele e da pesquisa que ele fez, isso iria contribuir, mas isso não nos exime, enquanto vereadores, nós que estamos defendendo, de lutar a favor de outros direitos, como o uso de equipamentos, como foi dito, isso não exime, não. A gente está querendo maior investimento e investimento em Segurança Pública não é investir em arma, somente em arma, porque isso a gente sabe a quem favorece, aos grandes empresários de armamentos bélicos do nosso país, do mundo. Veja a quem o fascismo está ligado? Aos grandes empresários de armamento do nosso país, da humanidade. O que a gente quer é buscar formas de se sentir protegida por um guarda municipal. Eder trouxe uma coisa que eu fiquei refletindo: “Ah, não teve nenhum caso fatal de violência.” Mas não é sobre isso. Eu tenho um projeto de lei, que é o n.º 469, que também vou deixar uma cópia com a senhora e com o promotor Rogério, que institui a implantação de câmeras de vídeo e de áudio nos uniformes de policiais civis e militares do Estado de Sergipe, porque, infelizmente, há um movimento, espero que isso não esteja contaminando a Guarda Municipal, que eu sempre apoiei, um movimento não só aqui em Sergipe, de maus policiais, de maus agentes da Polícia Civil, como um delegado, que eu estou com muito receio, que se intitula como xerife, com arma em

punho, como se fosse resolver o problema da violência com mais violência. E é esse, não sei, espero, que a atual vereadora e a atual prefeita eleita não faça esse retrocesso na questão de Segurança Pública do nosso município, colocando à frente uma pessoa que se intitula justiceiro, indo de encontro até ao Sistema Judiciário, indo de encontro ao Estado Democrático de Direito, dizendo que vai resolver. Se tal pessoa, como fez em uma ação no Centro de Aracaju, se elas, no caso, as travestis, não fossem à delegacia, ele iria resolver o problema. Quer dizer, é uma atitude que usa medo, ameaça, que vai de encontro até ao próprio Sistema de Segurança Pública, vai de encontro até a própria Polícia Civil. Esse delegado que eu fiz duas representações, tanto na Polícia Civil, à Superintendente da Polícia Civil, o processo foi arquivado e a gente sabe o quanto esse tipo... E isso, eu não estou dizendo que todos os delegados, a gente tem aqui um delegado babadeiro, antifascista, mas esse movimento extremista, fascista, que está dominando, está entrando... e o perigo é também esse movimento entrar na política, porque a política é isso, é discutir, as audiências públicas existem, nós parlamentares existimos. Parlamentar, quem não sabe, vem de “parlar”, do latim “falar”, é trazer as problemáticas da sociedade, não chegar aqui e dizer, impor, é tanto que eu tenho certeza, da mesma forma que esse meu projeto, a gente discutiu com vários especialistas de Segurança Pública, vários estudiosos, vários assessores do movimento, como a própria Iza Negratcha, que está aqui, para a gente colocar para a população, mas isso a gente não está indo de encontro à polícia, à Segurança Pública, mas sim dos maus policiais, desses policiais que se utilizam, que a gente vê aí, por exemplo, a saber que foi um chefe da Polícia Civil que foi um dos arquitetos do assassinato de Marielle Franco. É contra a milícia que está lá dominando, não só a periferia, mas que entrou na política, que está na polícia, que a milícia vem dessa ligação perigosa com o crime organizado. É sobre isso. Então, em nenhum momento é para retirar direito, é para apoiar, da mesma forma que Sonia apresentou aqui, eu apresentei lá e, nessa perspectiva mesmo, isso não quer dizer que vai de encontro à segurança. E outra coisa, doutor Rogério, no projeto, a gente não tem como colocar todo um protocolo, criar um protocolo. A gente coloca algumas diretrizes de como, quem vai instituir seria a Guarda Municipal esse protocolo rígido de segurança. É uma lei para forçar e garantir a implantação desse tipo de política dentro das guardas municipais, mas todos os projetos na ALESE, na verdade, eu não posso, no caso, quando eu apresento, eu não posso

definir como será a implantação. A gente coloca o porquê e a importância da instituição, da implantação dessa política, no caso específico das câmeras de áudio e vídeo nos uniformes policiais. Então, é isso, que essa sessão, essa audiência possa fazer refletir. Quero dizer que a gente está aberta ao diálogo, nesse sentido também, principalmente de fortalecer, e o fortalecimento das Guardas Municipais, da Polícia Civil, tem a ver com um debate bem amplo e não esse extremismo, isso ou aquilo, mas buscar as melhores soluções para resolver a questão da Segurança Pública no nosso município, no nosso estado, no nosso país. É isso. Obrigada.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SONIA MEIRE – PSOL

Obrigada, Linda. Eu acho que essa discussão vai ser muito importante para esse debate também da ALESE. É preciso que a gente tenha a coragem e o compromisso de discutir os temas por mais espinhosos que eles sejam. Nós estamos aqui para isso. Inclusive, antes de passar a palavra para o nosso camarada, Vereador Byron, eu queria só deixar duas coisas explícitas. Primeiro, o primeiro grupo que eu procurei para discutir o projeto foi a Guarda Municipal. Eu, inclusive, coloquei-me à disposição, por intermédio do presidente Eder, para expor perante a Guarda, em um dia que houvesse alguma assembleia, e, depois, eu me retiraria para poder a assembleia caminhar. Então, eu me coloquei sempre, nunca deixei de fazer um debate público e continuo me colocando. Não é, Eder, você sabe disso, eu me propus com assessoria jurídica para ouvi-los também. A outra questão, porque é urgente? É porque nós... Não é urgente porque ele tem de ser aprovado “a toque de caixa e repique de sino”, não é isso, é porque nós protocolamos e já tem um ano, e a comissão votou favorável, a relatoria, mas não encaminhou. Então, nós estamos solicitando que todos os projetos que estão na Comissão, que já perderam o prazo, passaram do prazo, isso é um regulamento da Casa, viu, gente? Que passaram do prazo de dar o parecer, de chamar, inclusive, de conversar conosco, até para fazer mais debates públicos, isso não ocorreu. Então, eu pedi para vir, exatamente para que a gente pudesse debater como nós estamos debatendo aqui hoje. Nosso compromisso é esse, é debater o máximo que a gente puder e a gente tem formas de fazer isso. O Vereador Byron sabe, há momentos que a gente recua para avançar, há momentos que a gente vê que já está tudo encaminhado, a gente coloca. A gente pode fazer emendas. Então, é isso que eu quero deixar bem nítido para vocês, que não há

nenhuma urgência para punir ninguém, nem para aprovar as coisas a qualquer custo. É porque, dentro da Câmara, nós temos prazos e, quando os prazos não são cumpridos, dentro de 30 dias, a gente pode recorrer. Como foi um ano eleitoral, eu não queria trazer, fazer isso antes da eleição. Até para as pessoas ficarem mais à vontade para fazer o debate e não usar essa pauta, que é muito cara para nós, como uma razão eleitoreira, digamos assim, vocês estão me entendendo, não é? Poderia ser usada para poder criar algumas questões. Então, todas as pautas que são mais complexas e polêmicas, eu estou pedindo agora, no final do ano, porque é justo o que a gente pensa para fazer e avançar o debate, está certo? Eu queria tornar isso explícito para que o debate continue com a qualidade que ele está acontecendo e eu estou muito feliz por isso também, por a gente poder fazer esse momento aqui. Vou passar, agora, para o Vereador Byron, para que ele também possa colocar seu posicionamento. Obrigada, Byron.

SARGENTO BYRON – MDB – SECRETÁRIO DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Mais uma vez, bom dia a todos. Em nome da Vereadora Sonia Meire, cumprimento a todos os companheiros da Mesa. E, em nome do agente Ricardo, cumprimento a todos que compõem esta audiência pública. Eu vou ser muito breve, apesar do tema ser um tema que a gente tem de ter bastante reflexão. Foram trazidos, aqui, alguns aspectos da atividade, a gente falou de uma maneira muito genérica de Segurança Pública, falou-se muito da atividade policial, que se assemelha, em alguns momentos, à atividade que é exercida pelos guardas municipais. Falaram sobre a violência policial. Falaram também sobre as questões da saúde mental dos operadores de Segurança Pública, foi falado sobre a questão de investimentos, foi falado sobre a dignidade dos operadores com relação à sua privacidade, vários aspectos foram tocados. O investimento que vai ser aplicado na aquisição dessas câmeras de segurança foi falado, aqui, que é também para a segurança dos operadores da Guarda Municipal, que também são operadores de Segurança Pública. Ouvi falas do colega Eder com relação à infraestrutura básica da execução do serviço da Guarda Municipal, que seria a necessidade de rádios comunicadores. Ouvi também a questão do mínimo, que seria, que compõe também o equipamento de segurança individual, que seria a arma que compõe esse equipamento, que muitas das vezes é doada de instituições e que já não servem mais. Aquilo que não serve para as polícias militares, quando ela atualiza, ou

outras polícias, é relegado a essa outra instituição. Aqui, a gente está falando em um avanço que, na perspectiva do cidadão, vai trazer segurança ao exercício da atividade, segundo os relatos que aqui eu ouvi, que também trará segurança para o exercício da atividade do guarda municipal. E, conversando com o senhor promotor Rogério, eu falava dos avanços que devem ser dados por passos. Quando eu falo que o guarda municipal, às vezes, como ocorreu muitos anos na Polícia Militar, trabalha com colete vencido, trabalha com revólver que o tambor pode cair, que muitas das vezes pode não ter a capacitação devida, aqui foi falado sobre a garantia dos direitos humanos e fundamentais das pessoas, na atualização profissional que muitas das vezes não ocorre. Citou-se também dados voltados ao que justificaria esse investimento, que seria de grande monta, entendendo a logística técnica do armazenamento desses dados. Então, gente, eu entendo que esse é o início de uma conversa, de tratativas, porque não há o que se falar na garantia da sociedade, se o serviço que é realizado pela Guarda Municipal, a infraestrutura, no meu entendimento, ainda está aquém do que é o principal. Se o guarda não consegue se comunicar diante da ocorrência, primeiro, ele põe em risco a vida dele. Se o guarda não trabalha com o colete suficiente para trabalhar, para poder garantir a sua integridade, está com a sua vida em risco. Então, a gente tem de entender que para dar um passo maior para a segurança, seja ela da sociedade, seja ela do guarda, a gente tem de primeiro pensar nos investimentos básicos. A gente não vai pensar em uma casa e botar um ar-condicionado se ela não tem piso nem banheiro funcionando. É fato, uma coisa não exclui a outra, no meu entendimento. Mas, se a gente vai buscar, justamente, investimentos, seja para garantir um serviço de excelência para a comunidade, para a sociedade, ou para garantir também a integridade física do guarda, a gente tem de pensar no básico. Enquanto vereador, fiz aqui com os colegas aportes para a Guarda Municipal, para que pudessem ter armamentos novos. Mas não é só isso. Tem de melhorar a execução do serviço, melhorar a preparação do profissional, melhorar a condição de trabalho do profissional. Foi falado que esses investimentos viriam do Sistema Nacional de Segurança Pública e que parte dele poderia ser e deveria ser subsidiado, já que não há o Fundo de Segurança Pública dos municípios. Então, isso parte primeiro do orçamento municipal. O que é que pode e vai ser investido para que seja garantido o básico, para que os guardas municipais trabalhem dentro do que precisam trabalhar? E volto a dizer, a implementação de câmeras, no meu

entendimento, não é necessidade urgente para que haja melhoria da qualidade do serviço dos guardas municipais. Eu acredito que essa tratativa deveria ser feita posteriormente, a dar condições mínimas de trabalho e de capacitação para esses profissionais, diferentemente da atividade policial que é todo o tempo combatendo e reprimindo o crime. E volto a dizer, a instituição Polícia Militar não pode, ou Guarda Municipal, ser maculada por desvio de condutas individuais de algum dos seus integrantes. Falar das polícias que saem todos os dias, eu friso sempre, para defender patrimônio em detrimento e risco da sua própria vida, é desmerecer todo um trabalho de instituição que é mais que centenária e que merece respeito de todos. Então, eu acredito que tentativas voltadas à implementação dessas câmeras passam primeiro por uma reestruturação, seja de logística, seja de capacitação profissional desses integrantes. Muito obrigado.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SONIA MEIRE – PSOL

Obrigada, Vereador Byron. Eu quero, agora, passar a palavra para as pessoas que estão inscritas, que estão no plenário, que se inscreveram, respeitando aqui essa ordem de inscrição. Depois, eu faço a minha fala final para a gente poder fazer os encaminhamentos dessa audiência. Então, eu quero chamar primeiro o guarda municipal André Luiz Andrade. André, onde você quiser. Pode falar daí ou daqui. Fique à vontade, 3 minutos, está bom? Pode ser. Obrigada.

ANDRÉ LUIZ – GUARDA MUNICIPAL

Bom dia a todos. Vou tentar ser breve, até porque, depois da fala do Vereador Byron, a minha fala vai ficar muito prejudicada, mas acho importante me expor aqui, já que eu estou na atividade-fim, estou na frente e vejo as coisas um pouco diferente do que muitos de vocês. Deixo registrado, já de pronto, o meu apoio à decisão da categoria na fala do presidente do Sindicato, Eder, mas eu quero falar que sou cidadão, antes de ser agente de Segurança Pública. Eu sou guarda municipal, há pouco mais de 12 anos, sempre na rua, nunca administrativo. Eu já trabalhei como CLT na segurança da sede da Petrobrás, também na linha de frente. Eu já fui conscrito no Exército, também na linha

de frente, pelotão operacional. Eu não gosto muito dessa minha parte da fala, mas eu também sou negro e também faço uso da Segurança Pública onde resido. Então, a minha legitimidade para falar aqui é irrefutável, é inegável. Eu não tenho esse costume, certo? Para quem me conhece. Mas eu já vou pedir desculpas pela minha fala, porque pode ofender algumas pessoas e eu não estou aqui para ofender. Eu, simplesmente, posso ter uma opinião contrária ao que alguns dos senhores aqui têm, mas, além de pedir desculpa, eu me coloco à disposição, como cidadão e como agente de Segurança Pública, para qualquer outro projeto que interfira na Guarda Municipal, porque, como eu disse, estou há mais de 12 anos só na rua, só na linha de frente. Enfim, o projeto se torna, temporalmente, inócuo, ele não deveria ter sido colocado em votação agora. Por quê? Por causa das dificuldades que a GMA tem hoje. Por exemplo, vereadora, já foram faladas algumas coisas aqui, mas é interessante que eu fale de pronto. O meu celular pessoal é usado para comunicação da instituição. Todo dia eu entro no serviço e saio do serviço passando as coisas do serviço com o meu celular próprio. Eu trabalho há 12 anos com revólver. É um equipamento confiável, mas é um equipamento defasado frente à Segurança Pública. Eu trabalho, vereadora, eu nem sei se eu deveria estar falando isso aqui, porque eu vou me expor bastante, com munição de treinamento. Porque não existe munição, assim, que não seria de treinamento, para usar na vida real. Eu estou usando munição de treinamento, para quem desconhece, é um pouco mais fraca, é um pouco mais fraca, como muitos já falaram aqui, colocando minha vida em risco. Então, parece que não se tem consciência dos problemas da GMA quando se coloca um projeto desse à frente de outros que deveriam ser muito mais interessantes. Meu tempo acabou, mas eu vou resumir. Existem diversos problemas na GMA e colocar câmera no corpo do guardião não vai resolver. Uma das justificativas do projeto, nobre vereadora, nem é uma justificativa, que é passar mais segurança para o cidadão. Não vai passar mais segurança. Se colocasse mais treinamento, não é? Porque eu tenho 12 anos na GMA e pouco se faz treinamento. Os tiros que eu dou são a cada 3, 4 anos, quando eu sou promovido e são poucos tiros. Eu dou muito mais tiro, desculpa, Sargento, que a Polícia Militar. Mas treinamento em tiro, treinamento em comportamento operacional, diretrizes de como me comportar no serviço, de como abordar... Não é câmera corporal que vai dar segurança ao cidadão, a gente já sabe disso, mas sim treinamento, dando um bastante resumo da minha fala. Enfim, coloco-

me à disposição para qualquer um dos senhores para ajudar. Acredito que câmara corporal, eu concordo em colocar a câmara corporal, porém, colocá-la, agora, no guarda municipal, não é um grande retrocesso, mas seria dar um passo, em tecnologia, em avanço, que você vai deixar muita coisa aquém. Então, para quem acredita que vai dar segurança, não vai dar. Não vai dar.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SONIA MEIRE – PSOL

Muito obrigada, André. Muito importantes as suas colocações e vamos seguindo. Quero, agora, vou pedir ao Vereador Byron para ocupar a presidência, enquanto eu vou fazer entrevista e volto. Chamando o próximo, que é o subinspetor da GMA, Pereira.

PEREIRA – SUBINSPETOR DA GUARDA MUNICIPAL

Bom dia a todos. Feliz por estar nessa audiência pública, na qual debatemos coisas muito importantes para o nosso serviço do dia a dia. Já foi falada muita coisa, tecnicamente, a professora da UFS trouxe pesquisa, o Eder também. Seria redundância minha continuar dentro desse tema. Eu gostaria de usar a palavra para dizer o seguinte, algumas informações foram passadas meio que desconstruídas, por exemplo, o disparo de arma de fogo que atingiu uma manifestante na ocupação na Coroa do Meio, foi legítima defesa, foi dito aqui que foi tentativa de homicídio. Não se configura porque, no momento em que o agente público efetuou o disparo, ele estava sendo acudado por pessoas com ferramentas, facões e tal, para a guarnição, foi feito um disparo de advertência, não em direção a ela, tanto que foi no peito. Se fosse feito em direção a ela, infelizmente, você teria causado um dano muito maior à integridade física dessa pessoa. Tanto que não foi configurado, no inquérito, tentativa de homicídio. Então, a gente blinda essa situação. A minha instituição existe desde 91, fundada por Wolney, finado Wolney, e, em 2004, houve o primeiro concurso. Desde 91, hoje, 33 anos depois, não tivemos nenhum combate em que o oponente tivesse ido a óbito. As nossas ações são muito bem executadas, por todos que fazem parte da instituição hoje, mesmo com a falta de treinamento. A índole de cada membro da instituição, mesmo com a deficiência

de treinamento, nós nos conscientizamos e queremos, como a professora bem falou, criar uma instituição não militarizada, que seja orgulho para o Brasil, não só para a Aracaju. E nós temos material humano capacitado para isso, apesar de não ser treinado, tanto quanto necessário, mas temos. Sacrificam o seu dia, mesmo com intervalos curtos, cartões programas excessivos, com condição de trabalho limitada, fazem com exímia, alegria, e conseguem finalizar um plantão dentro da legalidade, que é a nossa meta. Existem, sim, abordagens, como foi dito também, do rapaz da van que disparou, mas não imputem à Guarda Municipal. Não foi a Guarda Municipal, foi o guarda municipal, e que o cidadão que fez esse desvio de conduta seja punido por isso. Eu prezo pela minha instituição e aqui está em jogo a minha instituição, não só Pereira, subinspetor, mas sim a instituição. Então, se a instituição, Guarda Municipal, hoje, não está preparada, eu digo, como o Vereador Byron falou, tem de ter um treinamento. A gente precisa de treinamento, o POP, que é o procedimento operacional padrão, para que nós, nas nossas abordagens, possamos ter um procedimento dentro da legalidade e dentro do aceitável pela sociedade. E, para isso, precisa de treinamento, que não tem esse treinamento rotineiramente. Dentro desse contexto, eu quero trazer a blindagem para a minha instituição e dizer que todos, eu respondo por todos os agentes de Segurança Pública da Guarda Municipal, nós temos uma índole, nós conversamos entre nós e a nossa intenção é construir, em Aracaju, uma instituição diferenciada para o Brasil. Dentro desse propósito, eu acho que hoje a câmara corporal não estaria contribuindo, até porque, se não tem um corpo pronto, se não tem o efetivo pronto preparado para atividade-fim, por falta de treinamento, por falta de efetivo, por falta de equipamento, porque, agora, começar de cima? Vamos por níveis, como o Vereador Byron bem falou, eu não tenho o básico, eu não tenho o básico, vou começar do topo, vou começar do ar-condicionado? Esse é o meu questionamento, não por ser radicalmente contra, todo extremismo, em minha opinião, é burro, todo extremismo é burro, e não penso dessa forma, mas temos de fazer o contrapeso. O que é que eu preciso agora? Construa uma estrutura e aí sim, estando toda a instituição pronta, a gente avança para essa etapa. É a minha opinião e acredito que é da maioria. Obrigado pela palavra.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB

O próximo orador é o subinspetor Ricardo.

RICARDO – SUBINSPETOR DA GUARDA MUNICIPAL

Bom dia. Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Vereador Sargento Byron. A gente ouviu, aqui, atento, as falas muito importantes, porém, a gente tem de entender o seguinte, quando a gente, ideologicamente, pensa nas câmeras de segurança, porque isso é uma questão ideológica, infelizmente, a visão de instituir isso dessa forma não é proteger o cidadão, não é proteger o guarda, porque isso não vai proteger. Até porque nós tivemos perdas, perda, infelizmente, de um guardião que, inúmeras câmeras, no mercado, não inibiram que ele fosse assassinado. Quando o criminoso quer agir, ele não está se preocupando com câmeras. Quem está preocupado com a legalidade somos nós. Nós, enquanto guardiões, agimos dentro da legalidade sempre. Eventualmente, não propositalmente, há os vacilos, há os excessos e a lei está aí para punir. Porém, as nossas ações sempre são pautadas na legalidade. Outra coisa, quando você coloca guardiões, como, historicamente, a gente foi colocado para trabalhar, tenho 20 anos como guarda municipal, trabalhei sozinho, sem arma ou com arma obsoleta ou com armas com três munições que não prestavam, você está colocando em risco a vida do guardião e a vida da população, porque, quando o criminoso vem contra a gente, nós iremos agir, muitas vezes, sem técnica ou sem condições nenhuma, então, você vai colocar em risco a sua vida e a vida de populares. Quando você vai para uma ação com o efetivo abaixo do que é necessário, você está se colocando em risco e colocando em risco também a população. Então, quando a gente pensa, simplesmente, em uma câmera, achando que isso vai trazer solução, vai proteger, isso é um ledô engano. O que protege é efetivo. Temos efetivo para ter o procedimento preventivo, para que, em uma ação, a gente haja com supremacia de força? É ter equipamentos em condições de você agir de acordo com a violência, a criminalidade e não em relação ao cidadão. O nosso alvo não é o cidadão. A gente não está preocupado em atingir o cidadão, porque nós estamos para proteger. A nossa preocupação é com o criminoso. E o guarda vulnerável, desprotegido, sem equipamento apropriado, é vítima, é refém, como a gente sempre foi. Hoje, eu estive trabalhando, estou trabalhando, e saí, eu sou da Maria da Penha e estive em um local extremamente perigoso com um

guardião somente. Um guardião somente, no alto da Bela Vista, Santa Maria, Morro do Avião, perto do Santa Maria. Onde a criminalidade e a violência dominam. Mas estávamos eu e outro guardião sozinhos. Eu estou me colocando em risco, como estou colocando o meu parceiro e a população. Então, quando você pensar em segurança, pense no agente que é ser humano. Você fazendo isso, vai contribuir com a população e vai proteger, sim, a população quando você faz isso. Câmeras de segurança não protegem, nunca vão proteger. Isso aí é uma ideia colocada com a intenção, simplesmente, de proteger, infelizmente, o criminoso. O bandido é que está sendo o alvo, e eu digo a vocês, sem sombra de dúvida, invistam na Guarda Municipal de Aracaju, tragam recursos, tragam condições para que ela possa desempenhar suas funções, com isso, com certeza, você vai proteger a população e proteger o guardião. Se você não pensar dessa forma, se não entender desse modo, infelizmente, a gente vai estar sempre sendo presas, vulneráveis, nós sempre estaremos prestando um mau serviço se a gente não visar isso aí. Só para finalizar. Nós não temos dotação própria, a Guarda Municipal não tem recursos próprios. Por que não pensou nisso? Por que não defendeu isso? Por que não defendeu uma secretaria específica para tratar disso? Por que a gente vive com um pires na mão o tempo todo para buscar alguma coisa? Por que não se visou isso primeiramente? Recursos, buscando outros recursos para algo específico, enquanto você tem demandas urgentes? Preocupe-se com isso primeiramente e, posteriormente, independente de câmeras ou não, quem anda corretamente não tem medo de câmeras, porque vai agir de acordo com a legislação. Um abraço. Deus abençoe e Deus proteja cada um de nós.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB

Próxima oradora é a senhora Josy Adhuma, vice-presidente da COMPPIR/SE. Só solicito, eu sei que o tema é bastante instigador, que coloquemos as nossas posições e opiniões, mas procuremos manter o tempo para dar oportunidade de todo mundo falar. Senhora Josy.

JOSY ADHUMA - VICE-PRESIDENTE DA COMPPIR/SE

Bom dia a todos. Não gosto de falar dando as costas para ninguém, por isso, eu vim para cá. Certo? Hoje o tema é a instalação das câmeras nos uniformes das forças policiais, incluindo a Guarda Municipal, que faz parte desse núcleo. O que foi abordado

aqui é de uma relevância imensa, porque, realmente, vocês precisam se equiparar enquanto polícias, guardas municipais. Vocês não têm recursos, EPIs, para trabalhar. Mas essa questão das câmeras nos uniformes é um apelo da sociedade às forças policiais. É um apelo de uma comunidade que vem sofrendo ações letais, truculentas, por conta das forças policiais. Que vocês têm de ter um aparato para poder trabalhar com excelência, sim, mas isso é algo para se discutir com os governantes, parlamentares, Secretaria de Segurança Pública. E exigir, porque isso é o básico para que vocês possam trabalhar. A questão das câmeras era para que vocês tenham uma educação antirracista e não preconceituosa. Porque a ação de um policial no Alphaville é uma e a ação do policial na periferia é outra. Que a abordagem seja única, que vocês tenham uma educação única de tratamento de abordagem, tanto na periferia como nas elites. A câmera nos uniformes da Guarda Municipal é para a proteção dos cidadãos, que inclui vocês que, quando não estão de uniforme, são apenas cidadãos comuns. Vocês têm necessidades para trabalhar, nós sabemos e, por conta disso, também lutamos. Queremos saber, sim, das necessidades de vocês, para que a gente possa cobrar a quem realmente tenha essa função. Mas, nesse momento, estamos pedindo câmeras nos uniformes para que a nossa população, adolescentes e jovens negras, não seja espancada, não seja morta, por nada, só porque estava sentada na esquina de sua casa. Só porque estava sem camisa, correndo na rua, após as 22 horas. Levar um “baculejo”, ficar com os testículos um mês inchados, só porque estavam jogando bola. Desculpa o tempo, mas eu queria concluir. Então, que vocês não vejam a sociedade periférica como inimiga de vocês. Nós estamos aqui para contribuir com vocês na ação contra criminosos, não contra a população preta, pobre e periférica. Portanto, hoje, aqui, está se tratando em instalar câmeras nos uniformes das forças policiais para a proteção da sociedade menos favorecida financeiramente. Que a educação de vocês policiais seja a mesma, tanto na periferia como na burguesia. Agradeço a presença de vocês.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB

O promotor doutor Rogério quer fazer algumas considerações porque ele tem uma agenda. Dio Carvana, militante do Partido Comunista Brasileiro. Passo a presidência para a Professora Sonia Meire.

DIO CARVANA – MILITANTE DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR)

Boa tarde. Primeiro, quero dizer que sou do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, dar bom dia e saudar a Mesa, na figura de Iza Negratcha e Linda Brasil. Eu quero começar também saudando a Mangue Jornalismo e toda a imprensa popular que constrói, aqui, no Estado de Sergipe, em Aracaju. Eu quero começar falando que, entre 2022 e 2023, 810 mortes estão na conta da polícia, seja em argumento de legítima defesa ou não, no fim, e só em 2023, foram 229. Ao mesmo tempo, também quero começar falando que o suicídio entre policiais é 8 vezes maior que com a população de modo geral. Eu quero falar também que a educação internamente, dentro da polícia, fala, por exemplo, sobre políticas diferentes para as localidades. Ela fala sobre uma política para a periferia, ela fala sobre outra política para os bairros nobres. Eu quero falar também que, no treinamento de vocês, existem músicas que são cantadas pela polícia, que reforçam a lógica de guerra, reforçam a lógica de violência e o povo enquanto inimigo. Eu quero dizer também que o discurso da bancada da bala, seja nacionalmente ou em representações locais, aqui, por exemplo, reforça esta lógica de guerra e reforça que o povo periférico é inimigo da polícia. Não é? Porque a ideia de um criminoso hoje é representada imagetivamente no povo periférico e isso é passado para as polícias. Eu quero dizer também que a ausência de um estudo profundo de criminologia crítica também constrói, e a discussão com a sociedade sobre esses estudos, dentro do treinamento, dentro da educação, a imagem do povo enquanto inimigo e também aumenta essa lógica de guerra. A partir desses pontos que mostram que os policiais estão em um contexto de guerra, seja ideológico, seja na prática, os policiais hoje se matam 8 vezes mais que a população em geral, cometem suicídio, é preciso combater essa lógica. Não é? O processo de transição da prefeita atual, eleita agora, traz um delegado que reforça a mesma lógica. O amigo dele do PL, que foi eleito, diz que Sonia Meire, que já apresentou o projeto de lei, tinha de colocar uma câmera nela. Ela está trabalhando agora e está sendo filmada. Trabalhadores precarizados de loja, trabalhadores de qualquer espaço privado são filmados no exercício do seu trabalho e não possuem arma. Eu quero dizer mais algumas coisas, essa lógica da legítima defesa é importante, a gente sempre se baseia na jurisdição, mas é também

importante que a jurisdição garanta a isonomia para quando essa lógica for ferida, não é? E isso é uma crítica que a gente precisa fazer porque a Guarda está submetida à instituição civil, sabe? Mas a gente não vê isso se dando na prática, porque existe uma ideologia de militarização que vai além da militarização em si. A polícia é militarizada, mesmo que não seja submetida ao Exército em si. Enfim, eu quero pontuar essas coisas, eu quero dizer que é importante que a gente discuta apoio às famílias das vítimas também, enquanto o projeto de lei, porque, como eu disse, a jurisdição, hoje, não garante isonomia no julgamento. E sobre a questão de não ser o momento de colocar as câmeras. Vejam, R\$ 5 milhões é dinheiro que vai para a Guarda Municipal, vocês têm políticos nas bancadas de vocês, tudo mais, articula. Como, assim, não é o momento? Vocês são a favor, mas não é o momento, se vai entrar mais dinheiro para Guarda Municipal. Articula, bota uma emenda no projeto e diz: “Beleza, bota a câmera, mas a gente quer isso e isso aqui”. Gente, se movimentar, vocês não são contra, porque não é o momento certo, são contra porque não querem ter câmera, essa é a questão. É só articular, gente. A gente está em uma Câmara Municipal e, enquanto comunista, enquanto revolucionário, eu quero citar o Thomas Sankara, revolucionário marxista, militar, para a gente terminar pontuando essa questão de educação. Ele diz o seguinte: “Quando temos uma arma que pode cuspir fogo e morte, e recebemos ordens, perfilados em uma bandeira, sem saber quem lucra com essas ordens, quem lucra com esse fuzil, a polícia se torna um criminoso em potencial, que semeia o terror com apenas um clique. Colocados em combate contra pessoas iguais a eles, que eles perceberiam que defendem as mesmas ideias se tivessem consciência. Um militar sem formação política, ideológica, crítica, é um criminoso em potencial.” É isso que a gente precisa combater. No âmbito educacional das polícias, a gente precisa garantir apoio às vítimas, a gente precisa de câmeras urgentemente porque a sociedade não se sente protegida. E a Guarda Municipal hoje é submetida à sociedade, sabe? Não pode ser fechada apenas nos seus quartéis, as decisões têm de vir também da sociedade. A polícia serve à sociedade, não é a sociedade que serve à polícia. E se existe esse problema de infraestrutura, que dialogue com o projeto que vem da sociedade, representado pela Vereadora Sonia Meire, para que se coloque emenda, complemente o projeto. Enfim, já me estendi, peço desculpas à Mesa, mas é isso. Muito obrigado pela oportunidade, gente.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SONIA MEIRE – PSOL

Muito obrigada, Dio Carvana. Quero chamar Bruna Santos, coordenadora do Fórum de Organizações Negras de Sergipe. Nós estamos com mais três inscritos, já, já, a gente conclui.

BRUNA SANTOS – COORDENADORA DO FÓRUM DE ORGANIZAÇÕES NEGRAS DE SERGIPE

Bom dia a todos, todas e “todes” que estão neste Plenário. Queria iniciar a minha fala saudando, primeiramente, a Sonia, a Linda, em especial, a Iza, que está no front com as vítimas da violência e terrorismo de Estado. E queria também colocar minha fala em memória de Zumbi, Dandara, em memória de Genivaldo, Wagner, Ítalo e tantos outros que nos deixaram tão precocemente. Por exemplo, Wagner tinha apenas 18 anos quando foi assassinado pela polícia. Então, assim, queria deixar a minha solidariedade às famílias e também dizer que desmilitarizar a polícia é uma responsabilidade de todos nós, inclusive dos próprios funcionários da instituição, para avanço da sociedade. O tempo passa rápido, não é? Eu escrevi muita coisa para falar, vocês viram que eu subi com duas folhinhas cheias, mas, durante as falas, várias reflexões também vieram à mente, inclusive, dessas reflexões dos próprios policiais, dos próprios guardas, na verdade, que estão aqui presentes. E queria dizer que, realmente, vocês estão corretos, é necessário equipamentos adequados para poder trabalhar com segurança, para poder trabalhar nas ruas. Os trabalhadores merecem o melhor. Mas uma das coisas que me provocou muito e que eu acho que cabe, inclusive, nessa pauta sobre a câmara nos fardamentos, é sobre a falta de formação e preparo. Foi colocada, aqui, a necessidade de maior formação e, nesse caso, a gente vê que um dos principais problemas em relação às atuações dos funcionários da Segurança Pública não está associado diretamente apenas aos equipamentos, mas sim a todo o processo de humanização dentro da formação, que a gente sabe que dentro das escolas de formação policial não existe, não é? E, com isso, acredito que, ao contrário do que foi colocado, de que agora não é o momento das câmeras, na verdade, agora é o momento das câmeras, porque, através delas a gente vai ver onde estamos errando na hora da prática na rua. Nas câmeras a gente vai poder reavaliar toda a conduta e formação que bota em risco a própria vida e a vida de terceiros também. E queria dizer a vocês, nós não

estamos seguros. Nós, população periférica, pobre, trabalhadora, sentimo-nos extremamente inseguros. A gente não sabe, quando está nas ruas o que é melhor, ser abordado por dois caras, ladrões, de noite e de madrugada, na rua, para ser roubada ou ser abordado por um carro da Getam e ser assassinado, simplesmente por existir. E é disso que a gente está falando. Então, estamos do seu lado. Para finalizar, estou estendendo o meu tempo, peço desculpas. Trabalhador da Segurança Pública, PM, guarda, a gente está do seu lado, porque, como foi dito aqui, antes de ser um profissional da segurança, vocês também são cidadãos e, muitos, cidadãos da periferia. Então, a gente entende que esse modo, esse status, essa forma de funcionamento não funciona mais, está ultrapassada e a gente precisa avançar, mas a gente vai avançar juntos. Portanto, que a câmera no fardamento represente muito mais que uma ameaça, não é uma ameaça ao trabalho de vocês, pelo contrário, ela representa um processo de desmilitarização da nossa segurança e isso significa um processo de salvar vidas, tanto a de vocês quanto a da nossa sociedade civil. Muito obrigada pelo espaço.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SONIA MEIRE – PSOL

Muito obrigada, Bruna. Quero convidar Cleiton de Oliveira, coordenador do Coletivo A Rua, para fazer uso da palavra. 3 minutos.

CLEITON DE OLIVEIRA – COORDENADOR DO COLETIVO A RUA

Olá, bom dia a todas e todos. Gratidão estar, aqui, nesta Mesa maravilhosa. Mas a gente veio falar de Segurança Pública. Morei na rua desde 2015. Hoje, estou como mestre da Universidade Federal de Sergipe, em artes. Também fugi do Estado de Sergipe, da cidade de Aracaju, porque a Guarda Municipal me perseguia dentro do Centro Pop. E vocês, da Segurança Pública, sabem como vocês agem dentro do Centro Pop. Estive em alguns espaços, quando saí do Estado de Sergipe, para morar em outros estados, porque fui perseguido pela Guarda Municipal no município de Aracaju, que quando retornasse a minha cidade, dormisse em locais que tivesse câmeras, porque dessa forma, se acontecesse algo comigo, algumas pessoas do Direito dos Humanos procurariam saber, como aconteceu com a Marielle. E a gente sabe como é que a Guarda age. Há uns 2 anos, a Guarda Municipal fez um disparo em frente ao Centro Pop e atingiu um morador de rua que lava carro aqui, ao lado da Catedral, há mais de 20 anos. Essa é a Guarda Municipal. Porém, também fico feliz em saber que a Guarda

Municipal pode, sim, usar câmeras, porque vai me trazer Segurança Pública. Sabe? A Sonia Meire, outro dia desse, esteve dentro do Centro Pop e viu a Guarda Municipal espancando um morador de rua. Se ele tivesse câmera, garanto a vocês que ele não faria isso. Em espaço nenhum. Vocês acham que estou seguro aqui? Não. Não estou. Porque nada me garante que ao sair daqui vocês não voltem a me procurar, voltem a me perseguir. Naquele momento, eu tinha um cabelo black power, de 5 anos, eu cuidava do meu cabelo. Hoje, eu não posso mais cuidar do meu cabelo, ter cabelo. Porque nessa que eu volto a ter cabelo, eu sou novamente perseguido pela Guarda Municipal. Fiz algumas reuniões com o Coronel Luiz Fernando. E, em uma dessas reuniões, ele perguntou para mim se eu queria que a Guarda Municipal deixasse de existir. Eu disse que não. Quero ter 80 anos, 90 anos, jogar basquete, andar com meu neto na praça e ter segurança. Mas essa segurança vem de quem? Dessa Guarda Municipal que foi formada agora, há 2 anos, há 6, há 20 anos? Uma Guarda Municipal que, por ter dois agentes dentro de um veículo daquele, tem 12 tiros, ou mais. Porque o rapazinho ali, da Guarda Municipal, passou usando uma pistola que traz a segurança para ele. E, a partir do momento que esse guarda municipal tem uma câmera dentro do seu corpo, isso vai inibir. Vou fazer uma fala, agora, que eu fiz há algum tempo e, por esse motivo, eu fui perseguido. Fui ao Ministério Público algumas vezes denunciar a Guarda Municipal. E quem disse que eu não vou ser perseguido novamente? Nesse momento, a gente quer dizer o seguinte, a Guarda Municipal, usando câmera, vai me trazer segurança. E o rapaz falou de outra pessoa que morreu. Eu acompanhei, morava em um prédio que a gente ocupou, chamado de Dandara, talvez esse guarda tenha falecido por ele encontrar aquele rapaz todas as vezes e espancá-lo. O medo leva a gente a fazer algumas coisas. Gosto da Guarda, tenho amigos meus lá trabalhando, da mesma forma que tem amigos meus dentro da polícia. E como a cultura hip-hop fala, venho dela, foi a cultura hip-hop que me deu esse título de mestre, mas a gente costuma dizer: “Nem todo livro, irmão, foi feito para livrar. Depende da história contada e também de quem vai contar.” Para mim, contaram que o preto não tem vez, entendeu? E é isso. O que ocorre dentro da Segurança Pública é isso. A gente costuma dizer também, em algumas falas nossas, que se a gente conseguir tirar a farda de um guarda municipal, os outros irão nos respeitar, porque eu acho que é só isso que falta. A Segurança Pública trabalhar. E qual o trabalho? Você acha que vocês usando câmeras, vocês vão espancar alguém? Ficaria

mais fácil tirar a farda de vocês. Eu acho que é isso que a sociedade quer fazer, deixar, como foi que vocês falaram agora há pouco? A segurança, não é? A segurança de vocês. Vocês têm um “oitão”. É assim que a rua chama a arma de vocês. Um 38, e um 38 tem seis munições. Pode matar quantas pessoas só com dois agentes? É isso. Mas a gente também precisa de qualidade de vida e de ensino e nós, a sociedade, não somos os culpados disso, se vocês não têm uma boa formação. A instituição Guarda Municipal, mas, quando a gente fala o nome do agente da Guarda Municipal, esse guarda pega o seu veículo e vai à nossa procura nos matar. E por esse motivo eu tive de viajar para outros estados, para que eu não fosse assassinado pela Guarda Municipal. Eu faço uma pergunta: quem é o bandido? Sou eu ou vocês que usam farda? Eu posso ser perseguido. Outro dia desse, faço parte do Coletivo A Rua, trouxe o Movimento Nacional de Rua para Sergipe em 2018, fomos referência em 2021, sobre saúde mental. Moro aqui, na rua Itabaianinha, ao lado do Banco do Nordeste, frequento essa praça. Vocês precisam estar nessa praça para verem de que forma a Guarda Municipal age, as dez, as oito, da forma que eu falei com o Luiz Fernando e perguntei para ele: o senhor acha que, quando a Guarda Municipal quebra o braço de alguém, ele vem aqui dizer ao senhor que quebrou? Não. Eu sou uma referência nacional, talvez isso tenha tirado o alvo do meu rosto, por ter me tornado o mestre da Universidade Federal. Talvez, mas talvez vocês também... “Ah, mas tem que falar o nome da guarda?” “Tem que falar o nome do guarda?” É isso. Porque, a partir do momento que vocês passam a mão na cabeça de um agente que comete um erro, eu faço novamente a mesma pergunta: quem é o bandido? Sou eu que estou de branco ou vocês que usam farda? Gratidão. E agradeço a vocês por estarem aqui.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SONIA MEIRE – PSOL

Obrigada, Cleiton. Seguindo as inscrições, nós queremos chamar o Thiago Oliveira, que é advogado e membro do Instituto Braços.

THIAGO OLIVEIRA – MEMBRO DO INSTITUTO BRAÇOS

Bom dia. Quero cumprimentar a Mesa, parabenizar a Professora Sonia Meire, cumprimentar a minha eterna mestre, doutora Andréa De Piere, Negratcha, doutor Rogério e Eder, que estão aí presentes. Eu acho que a gente, toda vez que eu venho para fazer esse debate... Ah, lembrar também que o Instituto Braço faz parte do Movimento

Nacional de Direitos Humanos, e, hoje, estou também fazendo aqui uma fala em nome do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Eu acho que toda vez que a gente vem discutir uma questão de Segurança Pública, e é uma coisa que eu lamento, sempre se cria uma falsa dicotomia entre sociedade e as instituições de segurança, que é algo que a gente vive andando em um espiral, em um espiral, em um espiral; na verdade, a gente não sai do lugar, porque eu, minha família, nós, aracajuanos, dependemos muito da atividade da força policial, para a gente ter paz, ter tranquilidade, poder frequentar as atividades, inclusive, aqui vejo várias caras conhecidas, porque já fui advogado de muitos de vocês durante um tempo. Então, vem uma fala de quem está aqui, porque acho que as discussões têm de ser feitas sobre o que é melhor para a sociedade e o que é melhor para o agente de Segurança Pública, porque, se for melhor para o agente de Segurança Pública, vai ser melhor para a sociedade. Não tem algo que seja ruim para vocês e que seja bom para a sociedade, porque vocês vão estar se sentindo ruins e vão trabalhar da forma pior. No entanto, o que eu quero colocar é que, em meu modo de ver, em meu modo de enxergar, se a gente tem uma câmera, vou dar um exemplo, em uma sala de aula, como está tendo agora, o pai e a mãe ficaram mais tranquilos, acho que o professor também, que está fazendo sua atividade correta, está mais tranquilo. Eu acho que, se a gente tem dados, e para deixar de achismo na minha fala, porque, onde é colocada a câmera corporal, reduz-se o índice de letalidade, isso é algo que a gente precisa analisar. Onde foi apresentado? E quando a gente fala de segurança, quando a gente está trazendo a noção de segurança, eu não estou trazendo aqui a noção de violência única, exclusivamente, como homicídio. Não é esse o tema. A gente tem diversos tipos de violências nas suas mais diversas categorias e saber, só para mim, saber que onde foi implantado reduziu o número de mortes, é algo que é valioso, porque toda a vida, não posso ser eu, não podem ser vocês, não pode ser o delegado Mário Leony, ninguém pode aplicar a pena de morte porque está abolida na nossa Constituição. Nós temos de fazer o nosso trabalho, todo mundo tem a sua função, porém, ninguém pede para nenhum agente de segurança ir à rua para não voltar para casa. Ninguém está pedindo isso. Ninguém está pleiteando aqui essa situação. A gente compreende, vou trazer um caso para tentar ser fiel, mais um minuto só, um caso pessoal. Muitos de vocês me conhecem, eu fui chamado para uma manifestação que estava acontecendo, não foi com a Guarda Municipal, quero deixar bem claro, mas fui

chamado para uma manifestação que estava acontecendo, cheguei como advogado e fui preso. Sabe o que me salvou? Foi uma câmera. Mas não foi câmera corporal não, porque, se tivesse, o policial não iria fazer aquilo comigo. Foi uma câmera de um trabalhador de jornalismo que filmou, e ele disse que eu botei o dedo na cara dele, empurrei-o, chamei-o disso, daquilo, daquilo outro e a câmera filmou tudo e eu com o braço para trás conversando com ele. Assim, o processo foi transitado e julgado, ganhei e tal, todo o processo, mas entenda, eu, aqui, fui uma parte do que é importante para que a gente se constitua como que as verdades dos fatos apareçam, porque o agente de Segurança Pública, nada mais quando é chamado, procura a verdade dos fatos e também é uma segurança para quem está operando, quem está trabalhando. Porque, do mesmo jeito que esse profissional de segurança mentiu com relação à minha conduta, podem ter outras pessoas que mintam com relação à conduta do profissional de segurança, que diz que o profissional de segurança chegou ofendendo, chegou xingando, chegou desse jeito e vocês vão ter a prova para vocês, para garantir a sua segurança jurídica, não só a física, mas a jurídica também. E o trabalho, para concluir, nessa área da Segurança Pública, hoje, eu não imagino, porque vocês são profissionais e vocês que lidam, mas, dentro dessa lógica de guerra imputada entre aqueles que defendem direitos humanos, aqueles que defendem, e a Segurança Pública, que é uma falácia, deve ser muito, muito, muito, muito estressante. Você ir à rua, trabalhar em uma perspectiva de que você está procurando um inimigo que precisa ser atacado, ser eliminado, ser... Deve ser muito estressante do que você ir à rua no sentido de dizer assim: eu estou indo à rua, hoje, para quê? Para garantir que cidadãos exerçam seus direitos. É totalmente diferente a lógica de você ir à rua procurar alguém que você precisa eliminar, e você ir à rua procurando garantir o direito de outras pessoas. É isso, o tempo é curto, mas é uma instituição que eu respeito muito, a Guarda Municipal, e é essa contribuição que eu posso trazer aqui para audiência. Quero parabenizar mais uma vez a Professora Sonia Meire pelo importante tema, importante debate. Trinta segundos. É importante, Sonia, também, eu não vi o projeto de lei, mas avaliar a segurança das imagens, certo? A segurança é algo que precisa ser também analisado, porque a gente sabe que no mundo que a gente tem, não são vocês, mas têm profissionais de segurança que estão monetizando com o seu recurso, com o seu celular. Sai com o celular, bancam de xerife, monetizam com sua

atividade policial que já está sendo remunerada, que é o que a gente precisa refletir também.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SONIA MEIRE – PSOL

Muito bem, muito obrigada, Thiago. Quero chamar Salviano para fazer uso da fala. Nós já encerraremos daqui a alguns minutinhos. Depois, eu vou fazer uma fala breve e passar para o doutor Rogério que também quer fazer algumas considerações antes da minha fala final. Pois não, Salviano. Quer falar daqui?

FLÁVIO SALVIANO – COORDENADOR DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA GMA

Não, não. Vai daqui mesmo. É coisa rápida. Eu acho que Thiago falou um pouco sobre o que eu queria falar, sobre o que eu estava pensando. Eu acho, Thiago, que a questão é de construir consensos em vez de dissensos. As linhas das falas acabaram indo em um caminho “do ferro e do fogo”, o tempo inteiro. O bandido é você, o bandido é você e não sei o que e tal. E quais são os caminhos para a gente resolver? Acho que o caminho é construindo uma audiência dessa. É trazendo o Ministério Público, o presidente do Sindicato, a universidade, os movimentos sociais, os trabalhadores da Guarda Municipal, outros trabalhadores da Segurança Pública para discutir, o Ministério da Justiça e da Segurança Pública para discutir essas questões. Há argumentos válidos de todos os lados. É caro? É. Como é que nós vamos resolver esse negócio? Nós vamos comprar 300 e poucas câmeras, automaticamente, de uma vez tal, e botar? Poxa, espera aí, calma. São Paulo tem 78.695 homens, comprou 12 mil câmeras. Todo mundo vai ter câmera? Não, 12 mil câmeras. Porque pensou na estrutura, onde vão ser aplicadas as câmeras, como, que grupamentos, em que locais. São Paulo fez isso. Minas Gerais, 38.732 policiais. Todos esses dados são do Fórum Brasileiro de Segurança Pública no ano de 2024. 38 mil e cacetada. Quantas câmeras Minas comprou? 1.200. Treinou 2 mil policiais para fazer o uso das câmeras. Juiz de Fora, a Guarda Municipal comprou todas as câmeras. Para serem usadas, e eu sou contra fazer o que está sendo feito em Juiz de Fora. Todo mundo vai usar a partir do mês que vem. Espera aí, calma. Estava sobrando muito dinheiro em Juiz de Fora? Empréstimo para Aracaju. Então, nós temos aqueles problemas todos. Não tem rádio, é precária a comunicação, tem deficiência. Porém, tem treinamento sim. Semana passada, 87

guardas municipais fizeram treinamento com os melhores profissionais de armamento e tiro do Brasil. Semana passada. O comando da Guarda Municipal tem muita dificuldade, a prefeitura tem muita limitação e limitou muito a gente, e limita muito a gente, mas o comandante da Guarda Municipal se esforça, é um homem esforçado. Nós podemos ter visões diferentes, discordar aquilo ali, eu discordo dele aqui e ali; ele discorda de mim aqui e ali, mas há um esforço para fazer formação. Esse comandante da Guarda Municipal levou a Linda, levou o Mário, levou o Marcelo, do Movimento LGBT, para discutir outro momento. Esse comandante levou a Guarda Municipal, agentes da Guarda Municipal, para dentro do Abaô, para discutir a questão do racismo. Então, vamos devagar. Tem problemas? Tem. Muitos. Problemas estruturais sérios? Tem. Só um pouquinho. A Professora Sonia permite um pouquinho. Não é, professora? Então, há problemas, mas há um esforço também de resolver. Eu acho que nosso esforço aqui deveria ser o esforço de construir caminhos. Professora, a senhora foi minha professora da disciplina de Movimentos Sociais, na Universidade Federal de Sergipe, acho que dois anos atrás, não é? Uns dois anos atrás. Então, não tem condição de ter câmera para daqui a dois meses ou três. A gente poderia, e isso eu quero fazer como proposta para a audiência pública, dizer assim, nós queremos um ano para que essa nova gestão receba na caixa dos peitos amanhã, receba amanhã a prefeitura, tome aí R\$ 500 mil, R\$ 1 milhão, não sei quantos milhões, para comprar câmera. Não, espera aí, a prefeitura, essa gestão que assumi agora, tem a condição de pensar, de montar o seu orçamento. O orçamento da gestão que assume dia 1º é o orçamento feito este ano pela gestão anterior, pela gestão atual. Então, tipo, jogar isso na caixa dos peitos da prefeita que vai assumir, seja ela de lado A, de lado B, de lado C, não é esse o debate. O debate é que, se jogar isso aqui assim, não tem condição. Então, um ano, mais um ano de testes. Vamos passar um ano testando. Vamos ver onde dá, como dá, se são 30 dias, se são 90 dias, como manda o protocolo nacional. Quantas câmeras poderão ser. Ao passo que isso vai se desenvolvendo, vai se desenrolando, a Câmara, o Ministério Público, a sociedade civil cobrar, que precisa ter. A senhora queria botar containers para fazer quartos nos alojamentos, nos locais que não... Eu lembro. E lembro que essa Câmara rejeitou. Essa Câmara rejeitou, com banheiro, com tudo. Não era containers como no terminal não, da outra vez, como na época de João Alves. Era como alojamento. Eu lembro, e a Câmara rejeitou. Então, tipo, precisa ter alojamento. Daqui a pouco, vence

esse colete e precisa comprar mais colete. Daqui a pouco, as armas, de fato, são geralmente recebidas, mas houve também compra de arma nova. Houve também compra de arma não letal. Houve também spray, compra de coletes, bicicletas, inclusive por parte das emendas dos vereadores de Aracaju. O Vereador Breno, a senhora, outros tantos vereadores, o Soneca, ajudaram a comprar muitos dos equipamentos que nós temos hoje, que nunca teve antes. Então, eu peço, enquanto guarda municipal de Aracaju, que a gente construa, para a segunda votação, algo que dê tempo à gestão, que dê tempo para que esses passos, Professora Sonia, para que esses passos sejam dados com tranquilidade. É possível, que nesses dois anos aí, eu proponho aqui mais ou menos dois anos, que esses dois anos que faltam para a gestão federal, aprove-se a PEC da Segurança Pública. A PEC da Segurança Pública foi apresentada ontem, dia 31 de outubro, aos governadores para discutir algumas das nuances. Serão apresentadas aos governos municipais, para que os governos municipais também coloquem suas questões. E, fora isso, vai para Câmara e Senado. Eram para ser chamado o presidente da Câmara e o do Senado. Só que nessa só foram os governadores mesmo. Então, gente, não vamos criar antagonismo. É muito importante. A fala do Dr. Rogério é extraordinária. A fala do Ministério da Justiça é extraordinária. Isso é uma revolução democrática. Isso é uma revolução de transparência. Isso é uma revolução que vai nos pegar de qualquer jeito e nós precisamos, assim como ele disse que o radiocomunicador, a viatura e o colete a prova de bala foram algo extraordinário para atividade policial, isso vai ser também. E, aí, a gente constrói, senta mais, Sindicato, a senhora, a sociedade civil e constrói uma proposta que dê condições reais de ser aplicada, porque eu acho que transparência é muito importante. Por fim, por fim mesmo, eu quero dizer uma coisa que eu acho. Eu acho que a Câmara é muito importante para a nossa proteção. Nós trabalhamos 24 horas, muitos deles. Eu trabalhei 12 anos, 24 horas, e trabalho 6, no administrativo, 7. Mas trabalhei 12. E muitas vezes eu ouvi na viatura, tipo, ordens ilegais, que a gente não sabe... “Poxa, ai, eu com a câmera.” Eu ouvi pior, Mário. Sabe o que eu ouvi? Colega chefe dizer assim: “Qual é a cor?” Para colega, fêmea. “Fêmea.” A colega mulher. “Qual é a cor?” “E como é?” Você está ali dentro da viatura, e como é que faz? Essa menina, essa moça, essa mulher, como é que faz? E você não tinha nem o que... O que é que eu vou fazer? Eu pedi para ir ao banheiro, o cara iria dizer que eu estava mentindo. E eu não tenho uma... não é? Eu não tenho como

fazer. Isso protege do assédio moral. Nós temos 24 horas, em escala de 24 horas, de acordo com a OIT, tem um tempo de descanso no serviço. O Brasil não é signatário? Quanto tempo é esse serviço? O cara pode estar com medo, o colega está certo. E, na hora do meu descanso, essa câmera? Temos de pensar nisso. Porque, aqui, nunca se regulamentou nada para poder usar. Eder está certo, os colegas estão certos, não é? Na Polícia Militar, em outros lugares. Aqui, nunca se regulamentou nada. O cara está no descanso dele, aí está lá a câmera, “olha, roncando”. Caneta. Sabe? Pode servir para isso. Então, a gente precisa pensar com muita calma, todo mundo junto, mas eu acho que o caminho, gente, é de um tempo, um tempo médio, a gente conseguir fazer isso, professora. Parabéns, parabéns a toda a Mesa pelo excelente esclarecimento. Parabéns a todos vocês por estarem aqui. Eu quero mandar um abraço, não sei se ele está vendo, espero que esteja, ao comandante da Guarda Municipal, o secretário da Secretaria de Defesa Social, pelo esforço, o secretário Silvio, o secretário Lucas e a Mendonça pelo esforço, porque, por mais que um milhão de contradições existam, há o esforço de tentar fazer algo, de tentar modificar a realidade que existia para uma realidade melhor. Um abraço. Obrigado. Desculpe o exceder do tempo.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SONIA MEIRE – PSOL

Muito obrigada, Salviano. É muito importante ouvir cada um de vocês que lida no dia a dia com as situações mais adversas. Antes de passar a palavra para doutor Rogério, quero registrar a presença de Luciana Kátia Silva, mãe de Wagner que foi barbaramente assinado também. Ela perdeu o filho. Hoje, pela manhã, antes de vir para cá, nós estávamos na porta da Secretaria de Segurança Pública, pedindo investigação sobre os casos, pedindo reparação para as famílias que têm perdido seus familiares. Antes de vir para cá, nós estávamos fazendo isso com os movimentos sociais e Luciana estava presente também. Porque nada vai trazer de volta a vida dos filhos perdidos e a dor que sofre, mas a gente precisa avançar na sociedade para evitar que outros casos aconteçam. Muito obrigada. Agora, eu quero passar para Dr. Rogério. Depois, eu faço a minha fala. Obrigada.

ROGÉRIO FERREIRA DA SILVA – PROMOTOR DE JUSTIÇA DA 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE ARACAJU

Está funcionando? Agora, sim. Muito obrigado, Vereadora Sonia Meire, eu confesso que fiquei um pouco preocupado com as coisas que ouvi no dia de hoje. Eu tenho muitos anos no Ministério Público e, desde março, ocupo a função de promotor de Justiça, curador do controle externo da atividade policial desse ano e, para além de exercer o controle da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Perícia, em razão de recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, recebi a Guarda Municipal e a Polícia Penal, mas o que eu ouvi, hoje, aqui, vereadora, parece-me que a Guarda Municipal é um ambiente de terra arrasada. Depois de 33 anos de criação, eu pergunto o que é que foi feito na Guarda Municipal para estar nessa situação tão calamitosa, como eu ouvi algumas situações aqui, que me apontam nesse sentido. Problemas e dificuldades nós sempre teremos e temos em todos os segmentos da Segurança Pública. Eu percebi que houve uma preocupação de muitas pessoas em desviar o foco, o objetivo da discussão, para discussões de âmbitos burocrático, administrativo e pessoal. Não é isso que se quer. O problema da discussão da Segurança Pública, que é um equívoco da Segurança Pública, é achar que as forças de segurança vão resolver o problema do crime, vão resolver o problema da criminalidade, da insegurança e do medo. Isso é um equívoco, é um erro. Vocês não são, não serão e nunca serão heróis. O problema da Segurança Pública vai muito mais além do que as forças de segurança. O problema de Segurança Pública envolve educação. A Segurança Pública envolve saúde. Nós não podemos discutir Segurança Pública só com polícia. Polícia é o braço mais importante da Segurança Pública na repressão. Ninguém faz repressão. Só a força de segurança. Mas quem trabalha na prevenção? Quem trabalha na ressocialização? É a polícia? Não. Eu vou defender a polícia. Vocês são muito mais cobrados, são cobrados além da conta, porque colocam no ombro de vocês a responsabilidade de resolver o problema do crime e não é a polícia que resolve o problema de crime. A solução do problema do crime está em outro lugar. E as pessoas ficam empurrando para a força policial a solução de um problema que está antes de chegar na força policial. Então, desarmem-se, tenham calma, calma e calma. Isso não é uma discussão de nós contra eles. Não é a polícia contra a sociedade e nem a sociedade contra a polícia, porque o senhor disse bem, eu faço parte da sociedade. Então, nós temos de ter equilíbrio na discussão do problema. Uma coisa que é muito importante, quando se falou aqui, eu falei e outras pessoas falaram em protocolos operacionais, que não existem formalmente, em nenhum segmento das

nossas polícias, quando nós estamos brigando, e já estamos, com a Polícia Militar, senhora vereadora, a Lei Geral das Polícias determina a criação dos protocolos e eles já estão sendo criados em razão da intervenção do Ministério Público. Já temos seis protocolos oficiais, vamos avançar para regulamentar todas as ações de polícia, que vão ser publicadas no Boletim Interno da Corporação e estarão disponibilizadas no site da Polícia Militar para a sociedade saber, salvo os protocolos que devam ocorrer em razão da natureza, do sigilo da operação, que é uma obrigação. Mas não temos legislação municipal que trate os protocolos. Os protocolos visam proteger o policial que está na rua, como os senhores falaram aí. O problema dos protocolos é que eles estabelecem níveis de responsabilidade para a chefia. Eu não posso exigir de um policial, que muitas das vezes tem problema de saúde, problema com vícios, problemas financeiros, problemas de assédio, problema de falta de capacitação, ausência de munição, ausência de equipamento não letal, tomar decisões em fração de segundo. Pode sair uma boa decisão, mas pode sair um desastre, e a consequência do desastre vai ser irreversível. Nós precisamos agir com base no tecnicismo, com base nos protocolos, a mesma forma de abordagem de um cidadão na Terra Dura precisa ser também utilizada na 13 de Julho. Nós somos, eu sou 100% polícia quando é necessário ser. E eu sou 100% cidadão quando é necessário ser. Nem sempre estarei ao lado do cidadão e nem sempre estarei ao lado da polícia, depende do contexto. Por isso, disse na minha fala inicial, o grande desafio é nos equilibrarmos em cima da prerrogativa da garantia dos direitos humanos e da necessidade de proteção à sociedade, por meio dos serviços de Segurança Pública. Então, argumentos utilizados como custo, alguém disse aqui que a câmera de vigilância não vai impedir o bandido de atirar no meu companheiro. Nunca! Se pena evitasse que se praticasse crime, não tínhamos homicídio. Ontem, assisti a uma reportagem na televisão de um policial com a câmera funcionando, recebendo propina. Claro, porque ele é bandido. Se ele é bandido, tem de ser excluído da corporação. Então, não interessa se tem câmera ou não tem câmera, o camarada que é bandido vai fazer de qualquer jeito. Agora, a câmera corporal vai permitir que policiais sejam injustiçados, que policiais sejam prejudicados e que o cidadão também tenha seus direitos violados. Precisamos ter equilíbrio e o equilíbrio quem vai dar são os protocolos que deverão ser estabelecidos. Senhores, diante disso, dessas dificuldades todas, eu quero receber do senhor todas as suas demandas e reclamações que digam respeito à atividade policial. Eu não interfiro

na atividade administrativa, porque nós vamos cobrar do gestor. Se o senhor vai à rua sem munição, o senhor não vai à rua. Não vai. Por quê? Ou nós temos uma Guarda que funcione ou então nós temos um arremedo de Guarda. Então, nós precisamos ter o controle, nós precisamos exigir do gestor que dê as condições de trabalho para o guarda municipal. E precisamos exigir a responsabilidade de cada homem e mulher que faz parte da Guarda Municipal. O cidadão deve ser respeitado nos seus direitos fundamentais e a Guarda deve ser respeitada nos seus direitos fundamentais. Portanto, direitos humanos não é história para bandido. Direitos humanos é história para cidadão. Esteja ele na sociedade, seja ele bandido, seja ele policial. Entre o confronto, entre o crime e a força de segurança, não tenho dúvida, quem tem que voltar para casa sorrindo é a força de segurança. Agora, não se pode admitir que a força de segurança viole todas as prerrogativas, que ingresse na casa de um cidadão, às três horas da manhã, e deixe o colchão manchado de sangue. Isso não pode ser tolerado, ainda que aquele cidadão seja criminoso. Vamos utilizar os argumentos da lei, que temos à nossa disposição, para fazer cumprir a lei. Então, nós temos de ter ponderação. As forças de segurança não podem entender que a sociedade não pode reclamar. E pode, porque há razões para reclamação. Nem sempre a reclamação tem fundamento, mas tem razões para reclamação. O tratamento não é isonômico. Não vamos fechar os olhos para isso. O tratamento não é isonômico e ele precisa ser. E o que vai determinar um tratamento mais equilibrado é a existência e a obrigação do cumprimento de determinados protocolos. Se o policial, se o agente, se o guarda municipal cumprir o protocolo, ele está isento de responsabilidade, penso eu. Se alguém reclamar do protocolo, nós temos de ir até o protocolo e procurar alterá-lo, atualizá-lo, modificá-lo ou até responsabilizar quem elaborou o protocolo. Dito isto, para concluir a minha argumentação aqui, eu gostaria de dizer aos senhores que o Ministério Público tem avançado em algumas questões no que diz respeito às forças de segurança e essa relação com a sociedade. Em razão da nossa interferência, junto ao comando da Segurança Pública, foi estabelecida, no dia 4 de setembro, agora, uma Portaria do secretário de Segurança Pública regulamentando o que nunca foi regulamentado nesse estado. No estado, embora eu seja promotor do Controle Externo da capital. Mas algumas ações do Ministério Público da Capital são como no estado inteiro. Hoje, nós temos um protocolo mínimo, não é completo, mas avançamos muito. Não podemos subir só de elevador, às vezes, é

necessário subir de escada. Hoje, temos um protocolo que visa regulamentar a apuração das mortes violentas. Com a ida do delegado ao local do crime, com a obrigação de uma perícia no local do crime, com a identificação de todos os policiais civis e militares e guardas municipais também, com a identificação de todas as armas utilizadas e com as suas respectivas perícias. Estamos avançando. Daqui a pouco, a gente passa para outro patamar, GPS de viatura e outras coisas mais. Vamos subir degrau por degrau. A Polícia Militar do Estado do Sergipe tem 74 protocolos de atuação extraoficiais. Por intervenção do Ministério Público, iniciamos a construção dos protocolos oficiais. Já temos seis. Vamos avançar até o final da linha para que os protocolos tornem-se oficiais e os senhores possam conhecer como é que deve ser uma pessoa sujeita a uma abordagem. Nós estamos trabalhando, junto a todas as forças de segurança, para a construção do protocolo sobre a saúde mental de todos os integrantes da força de segurança. Por quê? Porque os senhores trabalham sob uma pressão exagerada. Todos vocês são cobrados a dar resultados, e, às vezes, sem as condições mínimas e adequadas para esses resultados. E isso cria para o agente de segurança, que é o cidadão também, portanto, deve ser recepcionado pela política de direitos humanos. Não é porque os senhores são policiais que os senhores estão alheios a essa política. Então, nós precisamos voltar os olhos para a saúde mental dos policiais. Não é possível um policial com problemas, um policial doente ir à rua e prestar um bom serviço, um serviço de qualidade. Precisamos tratar os nossos policiais. E, por fim, eu gostaria de dizer aos senhores que, lamentavelmente, a gente precisa começar a construir uma política da metrificação. Não existem números para quase nada na Segurança Pública. Nós não temos dados factíveis. Então, muitas das falas dos senhores são baseadas em conhecimento empírico e mero achismo, opinião pessoal, nós precisamos de dados técnicos, precisamos de números, precisamos de apoio da ciência, professora Andréa, para tomarmos as melhores decisões diante da identificação do real e exato problema. Vamos ficar parando de pensar que isso é errado ou isso é certo, porque ouvimos o galo cantar, porque saiu notícia do jornal, aqui e acolá. Precisamos de dados científicos. A Segurança Pública tem esse compromisso e a responsabilidade de construir o seu banco de dados, para que nós possamos nos debruçar sobre o problema, para identificar com precisão ou a melhor precisão possível o problema, para tomarmos as melhores decisões e dar os encaminhamentos às políticas públicas. Isto aqui é uma discussão de ideias.

Isso não somos nós contra eles. E o Ministério Público, aqui, precisa se equilibrar, ora dando razão à Segurança Pública, ora dando razão ao particular. Vai depender do caso concreto. Deixo aqui a minha satisfação, a minha consideração, Vereadora Sonia Meire, e quero conhecer o projeto da Assembleia Legislativa, porque é muitíssimo importante e nós precisamos avançar nessas políticas. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SONIA MEIRE – PSOL

Muito obrigada mesmo, doutor Rogério. Como dois companheiros pediram para fazer uma fala, vou pedir para vocês serem breves. Delegado Mário Leony, vereador eleito, primeiro suplente, pelo PSOL. Por favor, Mário Leony. Depois, o nosso camarada também, que eu vou anunciar já.

DELEGADO MÁRIO LEONY – MOVIMENTOS POLICIAIS ANTIFACISMO

Boa tarde a todas, a todos e a “todes”. Cumprimento a Mesa tão qualificada e representativa e parabênzo, especialmente, a professora vereadora, Professora Sonia Meire e a nossa Deputada Estadual Linda Brasil pelas iniciativas de leis, respectivamente, que tramitam aqui nesta Casa e na ALESE, que buscam a implementação das câmeras corporais nos fardamentos dos nossos trabalhadores de Segurança Pública. O camarada Salviano, a quem eu cumprimento, em nome de todos os demais camaradas trabalhadores da Segurança Pública, que também é policial antifascismo, falou, enalteceu bastante o princípio da transparência. Falou muito isso, também foi recorrente em outras falas, a transparência. Por que somos tão resistentes à promoção da transparência? Políticas públicas que promovam isso. E diversos técnicos do Ministério da Justiça já declararam publicamente ser, a implementação das câmeras corporais, uma das políticas mais efetivas nesse momento. Sergipe e Aracaju não podem perder o bonde da história. Precisamos estar na vanguarda. Já são mais de 30 países que implementam câmeras corporais de fardamento de nossas polícias e, no mínimo, seis estados aqui do nosso país. E que isso sirva para forçar os nossos chefes hierárquicos, aqueles que foram negligentes ao longo de todos esses anos, na formulação desses protocolos, tão necessários, inclusive, para nos acautelar. Gente! O bom policial, aliás, o policial trabalhador que busca, porque vamos fugir desse maniqueísmo de bom e mal, de bandido e herói, porque não somos bandidos nem heróis, somos trabalhadores, e como carecemos de consciência de classe em nossas

corporações, nós que buscamos cumprir os nossos deveres, o nosso ofício, dentro da legalidade, da moralidade, para nós, nós policiais antifascismo, apoiamos e enaltecemos a implementação dessas políticas. É importante para nos acautelarmos. O caso Ítalo, em que pese posições contrárias às câmeras, não câmeras nos uniformes, que nós não dispomos ainda, mas à extração de imagens, naquela ocorrência, em que pese divergências, em relação ao fato de tratar-se ali de uma legítima defesa putativa ou não, as câmeras foram fundamentais, importantíssimas, claro que corroboradas com prova pericial, prova testemunhal daqueles que estavam presentes na ocorrência, enfim, mas, no mínimo, serviu para arrefecer aquele espírito de que, no primeiro momento, já pré-julga o policial. Então, isso demonstra o quão importante é o uso dessas câmeras nos uniformes, com vistas à produção, à obtenção da prova, à instrução processual, em crimes que estão perpetrados em situação de flagrância, inclusive o próprio desacato, quando o policial é desacatado. Crimes que são perpetrados com agente sob efeito de entorpecente ou álcool, crimes de violência doméstica, enfim, a obtenção da prova, instrução processual, como isso vai ser importante para o nosso labor. Queria lamentar o fato de Ricardo Marques, vereador e vice-prefeito eleito, na primeira sessão, na primeira votação, ter votado contrariamente ao projeto, se eu tiver errado, corrijam-me. Ele que foi alçado à vida política, por ser um jornalista que sempre cobrou dos poderes públicos transparência, e votar contra esse projeto de lei. Mas a representação que a gente vê na Segurança Pública hoje, nessa equipe de transição que está aí posta, já nos demonstra o que vem por aí, o que nos avizinha e não é nada bom. Por isso, eu coloco aqui que nós, policiais antifascistas, somamo-nos a toda a sociedade civil. Precisamos estar vigilantes nesse momento. E esse projeto é mais que necessário, nesse momento, porque nós amargamos o fato de disputarmos o pódio, de estarmos entre as polícias mais letais no nosso país. Ano após ano, nós disputamos esse triste pódio e não podemos permitir que isso chegue até a municipalidade, que essa necropolítica, representada pela atuação política de muitos profissionais da Segurança Pública, que se aventuram a fazer essa disputa política, que representam isto, a necropolítica, a política da morte, que elege os corpos que são matáveis em nossa sociedade. A gente não pode permitir que isso seja levado até o âmbito da nossa municipalidade. Então, é isso, é por transparência, é por legitimidade das nossas ações, das ações da Segurança Pública que nós somos favoráveis e parabenizamos a Professora Sonia por essa iniciativa. Estamos juntos.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SONIA MEIRE – PSOL

Obrigada, Mário. Eu vou passar, agora, para o camarada Gabriel, que também é da área do Direito, para fazer sua intervenção dentro de um tempinho que a gente tem de garantir... Obrigada.

GABRIEL BARROS – ADVOGADO

Rapidinho, rapidinho. Boa tarde, boa tarde a todos. Vou falar rapidinho, já está tarde, todo mundo já falou o suficiente aqui. Fiquei até constrangido, principalmente, depois da fala do Dr. Rogério, por conta, realmente, de abarcar tudo que eu estava pensando. Principalmente, que são pontos relevantes. Acho que a gente está em uma situação tão recuada assim, em termo de discussão política mesmo, que a gente esquece e acaba naturalizando esse papel cada vez mais ostensivo que a Guarda Municipal está exercendo e não é o seu papel segundo o que diz a Constituição Federal. Então, a gente está naturalizando isso, infelizmente, isso aqui também foi exposto com muita naturalidade mesmo pelos próprios agentes, pelos guardas, não é? E, pegando esse papel, exatamente da Constituição, o STF decidiu em uma ADPF, por exemplo, que, tudo bem que a Guarda Municipal, assim como os bombeiros e os agentes penais fazem parte do Sistema de Segurança, mas não têm a função ostensiva. E, como foi colocado aqui esse medo da abordagem, seja de um policial, seja de um bandido, fica uma situação que já, já, a gente vai ter medo até de um agente penitenciário ou um policial penal também abordar na rua e começar a cumprir essa função ostensiva. Já, já, vai ser o bombeiro também, os bombeiros vão exercer esse papel. Porque cada vez mais eu acho que a discussão de fundo é essa. A gente segue uma situação de militarização das forças de Segurança Pública, não é? Então, isso está se espalhando de forma que, realmente, já, já, acho que vai ser agente penitenciário, vão ser os bombeiros também querendo exercer essa função ostensiva que, infelizmente, dá esse *status* de herói, que é muito, ideologicamente, colocado para os policiais. A gente tem de trazer critérios científicos para debater isso aqui e não ficar nesse empirismo vulgar de que realmente são trabalhadores precarizados. Foi importante trazer também essas falas aqui, essa audiência pública, até para expor diversos problemas que existem dentro da instituição. Mas, infelizmente, a gente não pode também ficar esperando, é sempre essa desculpa da falta de orçamento e não é o momento. E, aí, já pensou, Dr. Rogério, você no júri,

sempre bastante assertivo e tal, e chegar até o júri, levar para família e dizer uma situação que poderia ser evitado o confronto, você falar que não era o momento. Então, qual seria o momento de você salvar a vida de um trabalhador policial ou de um trabalhador como Ítalo que morreu? Então, qual é o momento exato que a gente tem de pensar nisso? É sempre essa questão orçamentária que falta sempre? Infelizmente, falta sempre para diversas áreas também, não é? A luta aí para questão de pisos de professores, da enfermagem e é sempre essa mesma desculpa, “não, falta orçamento, a gente não consegue, não é o momento, não é pra agora”. É para quando? Essa é a reflexão que eu deixo, aqui, hoje, muito obrigada. Parabéns sempre para a Professora Sonia que traz importantes audiências aqui. Obrigado.

PRESIDENTE DESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SONIA MEIRE – PSOL

Obrigada, Gabriel. Vou começar, eu vou para ali, porque, aqui, estou meio afundada nessa cadeira. Então, primeiro, eu quero agradecer a participação, a qualidade do debate de toda essa Mesa que foi composta. Quando nós convidamos o Ministério Público, nós não conversamos, nós enviamos o projeto e não sabíamos qual seria a posição do próprio promotor, a respeito da temática, e aguardamos a sua compreensão, porque é uma pessoa que está em um lugar extremamente importante de acompanhamento de toda a política pública, de toda a política de Segurança Pública. Então, foi muito importante a sua presença hoje e as suas provocações para todos nós, para todas as pessoas, não só para mim, que estou na função de legisladora, mas também para o Sindicato, para os trabalhadores, para a população representada aqui por diversos movimentos sociais, que vem em muitos momentos, na nossa história de construção de vida aqui, com grandes embates, e vê como o Sistema de Segurança, do ponto de vista do município de Aracaju, tem estado muito à mercê de quem está como governo de plantão. Exatamente porque falta prioridade de política pública em várias áreas, inclusive da Segurança Pública. Exatamente por não ter Fundo Municipal de Segurança Pública, por as pessoas não se preocuparem com a estrutura da Segurança Pública, nós chegamos ao ponto, o Sindicato está presente e sabe do que eu estou falando, de termos que negociar direitos para conseguir uma reposição salarial. Tirar o direito de promoção do seu salário pela sua formação, pela capacitação, para conseguir um reajuste salarial. Olha ao ponto que nós chegamos. Negociar perda de direito para

não perder mais ainda, o salário já defasado. O que nós estamos propondo aqui não é perda de direito, não é olhar para o lado e deixar o outro. Eu quero fazer um convite ao Sindicato, a todos os profissionais, quero agradecer a participação de vocês, a construção coletiva, inclusive contando também com o apoio de Salviano e de outros agentes, mulheres e homens. Nós chegamos a esse ponto porque eu também tenho escutado muito, e muitos agentes, Eder, você sabe, não se colocam por medo das perseguições. Vocês podem falar melhor que eu, eu não tenho o direito de expor ninguém, mas eu tenho recebido mensagens de pessoas que estão, inclusive, sendo colocadas em uma situação, para responder por aquilo que elas não cometeram dentro da Guarda Municipal, porque elas não têm como se posicionar, não têm provas. Então, assim como a gente tem a demanda da sociedade, da população, a gente tem a demanda também dos agentes. Eu estou muito feliz por esse momento, muito, porque eu quero fazer um convite a todos os agentes de segurança, por meio do seu Sindicato, e também quem quiser somar, dentro do horário que possa, nas suas funções, para a gente construir os caminhos, Salviano colocou aqui, porque nós não apresentamos algo como uma camisa de força. Eu também acho que não tem nenhuma condição de defender a implementação da Guarda amanhã. Nós precisamos ser estratégicos, senão a gente vota em algo que, por melhor que possa parecer, vai virar letra morta. Nós não temos nenhum interesse em aprovar projeto de lei que vire letra morta. Nós queremos que ele viabilize para o melhor. Então, nós precisamos ser estratégicos naquilo que nós estamos aprovando aqui. Eu quero contar com o apoio de vocês para construir as estratégias. Qual é o prazo? Qual é o período? O que é que nós vamos exigir? E, aí, outro ponto importante. Eu quero fazer um convite a vocês para a gente construir diretrizes, porque, dentro da Câmara Municipal, nós não podemos aprovar lei que gere despesa para o Executivo. Não passa, porque é colocado como interferência dos poderes, inconstitucionalmente. Mas nós temos outras formas, doutor Rogério, que a gente pode utilizar de construção coletiva, e eu quero construir isso também com o senhor, marcando uma reunião para que o Sindicato esteja, os agentes, movimentos sociais, a Deputada Linda Brasil, estava conversando com ela, universidade, uma comissão para a gente estudar os caminhos. E os caminhos que não sejam só para o PL da câmara nos uniformes, mas de diretrizes que possam nortear, para que a Guarda e a população não fiquem à mercê dos governos de plantão, como nós ficamos até hoje. Em 2016, foi feito

um debate sobre Plano Municipal de Segurança em que a tecnologia poderia estar ali. E onde foi parar esse plano? Onde foi parar esse debate que foi feito? Não deu em nada. Nós não temos, hoje, um plano municipal, como não temos outros de educação, de saúde, não temos outros. Então, nós não estamos aqui operando para prejudicar, nem para pender para um lado. Mas, como vereadora, a minha função é, com vocês, construir esse processo. Eu não quero só sentar com o Sindicato na época da reposição salarial, eu sou sindicalista. Nós temos de discutir com o Sindicato estratégias de sermos vitoriosos aqui, antes mesmo. Nós vamos ter um PPA. A prefeita que vai entrar, vai trabalhar com o orçamento aprovado esse ano, que eu não consegui colocar emendas de valorização profissional, dos alojamentos, não passou aqui na Câmara. Gente, não passou a melhoria dos alojamentos na Guarda, aqui, na LDO. A única coisa que passou, com muito sacrifício, foi um estudo de viabilidade para recuperar, para ver como vai recuperar o salário dos guardas auxiliares. Todo dia a população que está morrendo, esse grupo, tem menos de 100 hoje. Foram os primeiros guardas que estão sofrendo as consequências, porque não houve, de fato, um cuidado com a vida dessas pessoas que dedicaram as suas vidas e que trabalham hoje sem a menor condição. Doentes. Foi o único que passou depois de muito apelo. Eu apresentei 43 emendas aqui. Uma parte significativa foi para a Guarda Municipal, e não passou. Então, eu quero dizer a vocês que nosso papel aqui é fazer um debate para criar condições, para a gente avançar, inclusive, para o próximo PPA, para que a gente possa ter, Eder, a condição que vocês estão colocando aqui. Porque, se não tiver no orçamento, não tem Segurança Pública, com as características que nós colocamos aqui, que vai desde a formação, as condições de trabalho, o respeito ao descanso, o alojamento feminino, masculino. Não tem, não tem nem alojamento. Os guardas que atuam aqui, que frequentam aqui, olhem, ficam aqui nesse espaço. Isso aqui não é alojamento, não é espaço para nada, arriscado cair o teto na cabeça. É esse grau. E onde tem alojamento, não separa. Não tem alojamento feminino, não tem alojamento masculino. Então, nós precisamos construir, de fato, esses caminhos. Por isso, eu acho que essa audiência foi muito vitoriosa, convindo o Sindicato e os movimentos para a gente colocar nos próximos dias, fazer uma reunião e discutir as formas de encaminhamento para a gente ter prazos, porque eu não posso ter um projeto de lei e suspendê-lo *ad infinitum*. Nem também posso aprovar sem incorporar os elementos que foram colocados aqui. Eu quero colocar isso, para vocês

decidirem conosco, certo? Porque é muito melhor para todas nós e todos termos um projeto que provoque, que contribua, para a gente sair da situação que está. Porque, se a gente ficar esperando, e daí têm outros desdobramentos que a gente vai trabalhar juntos, podem contar conosco para isso. E, nesse sentido, a gente vai sair daqui fortalecido, fortalecidas, porque, se a gente quebrar o meio, a gente não vai avançar. O modelo de Segurança Pública, independente do que o governo federal está colocando, a gente não pode esperar que tudo lá chegue para a gente agir, porque nós estamos aqui. Eu sei que o presidente está querendo instituir, está instituindo um Sistema Nacional de Segurança. Tem algo que já vem sendo exigido pelas polícias, que é um sistema com a unificação das polícias. Mas, até isso chegar, nossa realidade concreta é agora, é aqui. Nós precisamos ter alguns elementos. Para garantir o recurso do Fundo Nacional, nós precisamos ter um Fundo Municipal. Depende do Poder Executivo. A Câmara não pode criar um Fundo Municipal. Para isso é importante o Ministério Público, para orientar, para nos ajudar a fortalecer essa luta. A gente está tentando agora, está regulamentado, já existe na Lei Orgânica, mas não tem regulamentação do Fundo de Cultura, como tem da Educação. Todos os fundos precisam ser regulamentados e só unindo nossas forças a gente consegue isso. A gente precisa fazer esse movimento para acabar com a espetacularização da violência, que é o que hoje ocorre. A espetacularização que ora criminaliza o pobre e ora criminaliza os agentes de segurança. A gente não pode permitir isso. Com as redes sociais, com tudo que está sendo colocado, que têm agentes que pegam, filmam tudo e colocam em suas redes e ainda mandam ir à caça das pessoas. Em que mundo nós estamos? Então, eu penso que o que o doutor Rogério colocou aqui, além de toda a importância de todas as pessoas, da universidade, de Iza Jakeline, da nossa Deputada Linda Brasil, de Eder, de todos, de todas e de “todes” aqui, a segurança não vai resolver o problema do crime mesmo, de pleno acordo, e nós precisamos avançar como sujeitos de direitos, porque os direitos humanos valem para todos nós, todas e todos que estão, principalmente, na Segurança Pública. Não é só para a população que está fora, porque todos nós somos cidadãos e cidadãs. Então, eu me coloco à disposição, convido o Sindicato para avançar esse debate na questão dos direitos, vocês sabem da minha posição, eu sempre me coloquei para a gente construir. Eu acho que ser contra totalmente às câmeras, sem a gente avançar naquilo que é de direito, não vai ajudar a gente, foi isso que eu ouvi aqui, na maior parte das falas, mas

também não podemos negligenciar o que vocês colocaram. O promotor já chamou o próprio Sindicato para ter uma conversa e, além dessa, a gente também vai fazer uma com o Coletivo, marcar um horário para a gente poder chegar a alguns consensos que nos ajudem a avançar e não que nos deixem aqui com o pires na mão, reféns de qualquer governo de plantão. Acho que o nosso papel, como sociedade organizada e como trabalhadores organizados, com a consciência de classe que a gente tem, é se organizar na base para enfrentar todo o sistema, porque o sistema existe, está longe de ser rompido, ninguém está furando sistema nenhum e nós precisamos lutar para ter os direitos nossos garantidos. Então, muito obrigada. Meu mais profundo agradecimento, inclusive às famílias que estão aqui acompanhando esse debate. Nossa mandata vai estar sempre à disposição da população e de todos os trabalhadores e trabalhadoras. Acho que a gente está indo no caminho certo, com todo respeito às pessoas, com respeito a todas as demandas que foram trazidas aqui e que a gente precisa ter equilíbrio. Muito obrigada. Agradeço também ao representante do governo que esteve conosco nessa audiência. Depois, nós vamos também buscá-lo para outra reunião, para ver mecanismos de ajudar, para que o fundo seja criado no município. A gente precisa fazer esses gestos todos e estar unidos, posicionando-nos sempre. Muito obrigada. Sigamos firmes, porque só com nossa unidade, com muita luta e muita consciência, é capaz de a gente transformar essa realidade. Obrigada. Obrigada a todo mundo. Sigamos firmes. Olha o protocolo, eu quero primeiro agradecer a todos os servidores, a nossa equipe da “gabineta” e declaro encerrada a reunião. Quem puder ficar aqui só para uma foto rapidinho, nós vamos fazer uma foto ainda aqui.

[AUDIÊNCIA PÚBLICA ENCERRADA]

Revisado por Sílvia Souza Santos Vasconcelos.